

Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC
Centro Sócio Econômico
Departamento de Economia e Relações Internacionais

NATAN WEBER FLORIANI

**POSSÍVEIS PERSPECTIVAS FUTURAS PARA A ECONOMIA BRASILEIRA
BASEANDO-SE EM MEDIDAS QUE SUCEDERAM RUPTURAS INSTITUCIONAIS**

Florianópolis, 2016

CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DISCIPLINA: MONOGRAFIA - CNM 7107
PROJETO DE MONOGRAFIA PARA EXECUÇÃO NO SEMESTRE 1º/2016

**POSSÍVEIS PERSPECTIVAS FUTURAS PARA A ECONOMIA BRASILEIRA
BASEANDO-SE EM MEDIDAS QUE SUCEDERAM RUPTURAS INSTITUCIONAIS**

Monografia submetida ao curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito obrigatório para a obtenção do grau de Bacharelado.

Orientador (a):

Dr. Gueibi Peres Souza

FLORIANÓPOLIS, 2016

Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC
Centro Sócio Econômico
Departamento de Economia e Relações Internacionais

A Banca Examinadora resolveu atribuir a nota **8,0** ao aluno Natan Weber Floriani na disciplina CNM 7107 – Monografia, pela apresentação deste trabalho.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Gueibi Peres Souza (Orientador)

Prof. Dr. Marcelo Arend

Prof. Dr. Arlei Luiz Fachinello

AGRADECIMENTOS

A todos aqueles que direta ou indiretamente me auxiliaram durante esta caminhada, meus sinceros agradecimentos e, em especial, à minha família, pela compreensão e pelo apoio que recebi ao longo destes anos, principalmente por parte de minha esposa Mirelli e minha filha Lara, que abdicaram de tempo importante ao meu lado para que eu pudesse dar prosseguimento à minha formação profissional. Ao meu orientador, professor Dr. Gueibi Peres Souza, pela disponibilidade de tempo e ajuda proporcionados ao longo deste semestre, bem como pelos seus conhecimentos repassados ao longo do curso. A UFSC e aos seus servidores, por terem me proporcionado uma educação de qualidade, bem como todas as necessidades que um estudante de nível superior necessita.

“A história se repete, a primeira vez como tragédia
e a segunda como farsa.”

(Karl Marx)

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo a criação de possíveis perspectivas futuras para a economia brasileira levando em consideração a atual conjuntura econômica e política em 2016, relacionando-a com os cenários recentes da história econômica brasileira, em que houveram processos de ruptura institucional, a saber: o golpe militar ocorrido em 1964 e o impeachment de Collor em 1992. Tendo em vista que nos três períodos elencados ocorrem fortes conturbações na esfera política e econômica brasileira, foram analisadas as variações ocorridas nos índices econômicos, para qualitativamente descrever quais as implicações que o processo de destituição de poder presidencial e a consequente mudança de gestão governamental tiveram sob as variáveis macroeconômicas.

Para isso, foi feita uma breve revisão histórica, contextualizando as principais políticas e medidas que foram sendo adotadas, bem como suas implicações, além de uma comparação entre os três cenários conjunturais.

A partir dos resultados desta comparação, os possíveis cenários econômicos relacionados pelo trabalho ratificam a ideia de que o Brasil poderia experimentar uma “segunda década perdida”, com menor crescimento do PIB ao longo da década de 2010, e por consequência um menor nível de renda da população. O trabalho não buscará fazer relações comparativas da atual conjuntura com a primeira década perdida visto que diversos choques estavam ocorrendo na economia, nem muito menos analisar os fatos históricos sob algum marco teórico. Dessa forma, este trabalho limitou-se a analisar quais as consequências percebidas de períodos que sucederam as rupturas institucionais para traçar possíveis cenários econômicos para os próximos anos.

Palavras-chave: Análise Conjuntural, Conjuntura Brasileira.

ABSTRACT

This work aims at the creation of possible future prospects for the Brazilian economy taking into account the current economic and political situation in 2016, linking it to the recent scenario of Brazilian economic history, in which there were institutional breakdown processes, namely : the military coup in 1964 and the impeachment of Collor in 1992. Given that the three listed periods occur strong disruptions in the political sphere and the Brazilian economy, the changes were analyzed occurred in the economic indicators, to qualitatively describe what implications the presidential power of impeachment process and the subsequent change in government management had in the macroeconomic variables.

For this, a brief historical review was made contextualizing the main policies and measures that have been adopted and its implications, as well as a comparison between the three-term scenarios.

From the results of this comparison, the possible economic scenarios regarding the work confirm the idea that Brazil could experience a "second lost decade", with lower GDP growth throughout the 2010s, and consequently a lower level of income of the population. The work does not seek to make comparative relations of the current situation with the first lost decade since several clashes were taking place in the economy, much less analyze the historical facts under some theoretical framework. Thus, this study was limited to examining the consequences perceived periods that followed the institutional disruptions to trace possible economic scenarios for the coming years.

Keywords: Economic Analysis, Brazilian Conjuncture.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Produto Interno Bruto (variação em volume trimestral %)	10
Gráfico 2 - Taxa de inflação mensal brasileira de 1961.9 a 1964.3 (%)	17
Gráfico 3 - PIB e crescimento da produção no Brasil, 1961 a 1964	19
Gráfico 4 - PIB <i>per capita</i> do Brasil, variação % real anual, 1960 a 1964	20
Gráfico 5 - Taxa de inflação INPC, 1980 – 1995	25
Gráfico 6 - INPC – 1980 a 1992 (% anual)	30
Gráfico 7 - INPC – 1985 a 1992 (% mensal)	31
Gráfico 8 - Taxa de Investimento 1980 – 1996 (% do PIB)	32
Gráfico 9 - Índice de Gini – Brasil e contexto internacional	33
Gráfico 10 - Variação percentual do PIB de 2003 a 2015 (%)	37
Gráfico 11 - Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC - de 2003 a 2015	38
Gráfico 12 - Trajetória taxa SELIC de outubro de 2012 a junho de 2015	40
Gráfico 13 - Produto Interno Bruto (PIB) - Variação em volume % de 1950 a 2014	46

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Produto e inflação, 1961 – 1965 (%)	16
Tabela 2 – Balança de pagamentos do Brasil, 1961 a 1964 – US\$ Milhões	18
Tabela 3 - Produto e inflação, 1964 – 1968	22
Tabela 4 - Distribuição de renda no Brasil, 1960 – 1970	23
Tabela 5 - Taxa de inflação (IGP %), 1974 – 1975	24
Tabela 6 – Desemprego e inflação (%), 1989 a 1992	28
Tabela 7 - Crescimento e Inflação – Brasil – 2011 a 2015	42
Tabela 8 - Produto e inflação, 1964 – 1968	43
Tabela 9 - Previsões PIB – 2004 a 2024	53

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Medidas adotadas em períodos pós-ruptura institucional	48
---	----

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	10
1.1 PROBLEMA.....	11
1.2 HIPÓTESE.....	11
1.3 OBJETIVOS.....	12
1.3.1 Objetivo geral.....	12
1.3.2 Objetivos específicos.....	12
1.4 JUSTIFICATIVA.....	12
1.5 METODOLOGIA.....	13
1.6 ESTRUTURA DA MONOGRAFIA.....	14
2 REFERÊNCIAL HISTÓRICO.....	16
2.1 INSTAURAÇÃO DO REGIME MILITAR.....	16
2.2 IMPEACHMENT DE FERNANDO COLLOR.....	25
2.3 GESTÃO PETISTA.....	36
3 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS CENÁRIOS ECONÔMICOS.....	41
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	54
4.1 SUGESTÕES PARA TRABALHOS FUTUROS.....	56
REFERÊNCIAS	

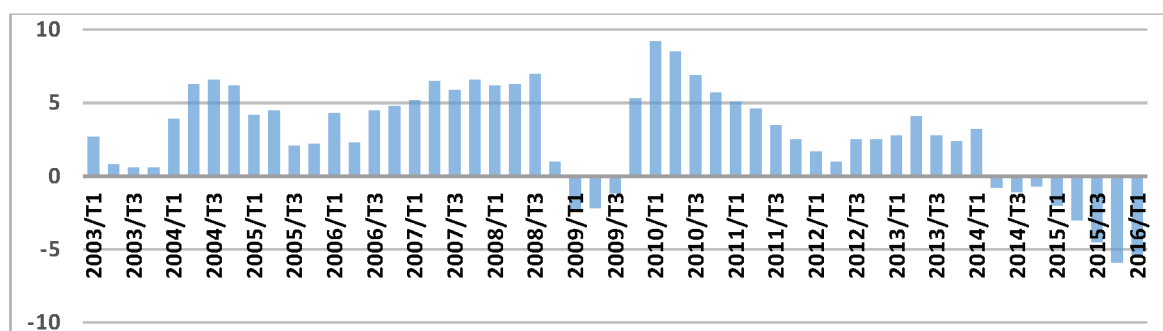
1 INTRODUÇÃO

O Produto Interno Bruto (PIB), representa a soma de todos os bens e serviços produzidos num período no país, e no Brasil este índice teve uma queda de 3,8% em 2015, sendo que, conforme dados do IBGE (2016), foram auferidas quedas significativas da participação da indústria (6,2%) e do setor de serviços (2,7%). Com o PIB de R\$ 5,9 trilhões em valores correntes, o PIB per capita do país fechou o ano de 2015 em R\$ 28,87 mil, o que representa queda de 4,6% em relação a 2014, demonstrando um menor nível de renda da população. Assim, a contração da economia em 2015 se reflete em retrações em praticamente todos os setores da economia, com ênfase para taxa de Formação Bruta de Capital Fixo (investimento em bens de capital), que teve queda de 14,1% em 2015 (IBGE, 2016).

Segundo o IBGE, a queda do PIB em 2015, é a maior desde 1990, ano do confisco da poupança e de outras aplicações financeiras pelo governo do ex-presidente Fernando Collor de Mello, sendo que naquela época, a redução foi de 4,3% do PIB enquanto que projeções realizadas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) através do relatório World Economic Outlook (2016), apontam uma queda esperada de 3,8% do produto interno bruto (PIB) brasileiro no ano de 2016.

Assim, mesmo diante de uma expectativa otimista quanto a recuperação da economia, começando a partir de 2017, com níveis correntes de reinvestimento e assumindo níveis mais elevados de recuperação, ainda se estaria vivenciando uma realidade de crescimento baixo (FISHLOW, 2016). Perante essa perspectiva, Fishlow (2016) coloca que o Brasil experimentaria mais uma década perdida (com perspectivas econômicas parecidas), sendo que o início do período pode ser visto através do gráfico abaixo, que revela como a economia brasileira vem obtendo taxas menores de crescimento do PIB desde 2010.

Gráfico 1 – Produto Interno Bruto (variação em volume trimestral %)



Fonte: IBGE (2016) – Elaboração própria

O relatório do FMI (2016), coloca que enquanto a recessão tem seus efeitos sobre o emprego e a renda, as incertezas domésticas continuam a restringir a capacidade do governo de formular e executar políticas. A previsão apontada no referido relatório é que o crescimento esperado do PIB fique positivo somente a partir de 2017.

Com objetivo de verificar se o Brasil possui caminhos alternativos e possíveis perspectivas futuras de melhora dos seus índices macroeconômicos levantados durante o texto, será realizada uma análise a partir de experiências adquiridas na história econômica e política do Brasil. Para abarcar o proposto, serão caracterizados os cenários econômicos que precederam o golpe militar de 1964 e o impeachment de Fernando Collor em 1992, bem como serão analisadas as consequências destas rupturas institucionais e as medidas que foram tomadas para ajuste das variáveis macroeconômicas.

Com isso, este estudo buscará identificar as principais características econômicas que antecederam os cenários descritos acima, bem como identificará também quais medidas e resultados sucederam esses períodos, afim de relacioná-los com o momento atual para traçar possíveis perspectivas futuras para a economia brasileira.

1.1 PROBLEMA

Diante de previsões pessimistas para a economia brasileira e mediante ao fato da mudança presidencial ocorrida no Brasil em 2016 com o afastamento de Dilma Rousseff, a presente pesquisa busca levantar possíveis perspectivas futuras para a economia brasileira. Incluindo no cenário avaliado as consequências percebidas a partir de uma análise conjuntural de períodos que sucederam conturbações políticas, sendo estas o Golpe Militar de 1964 e o Impeachment de Fernando Collor em 1992, afim de responder a seguinte questão:

“É possível traçar perspectivas futuras, plausivelmente fundamentadas, para a economia brasileira neste contexto atual de incertezas, causadas pelas conturbações políticas e desequilíbrios econômicos? ”

1.2 HIPÓTESE

Na medida em que é possível realizar uma análise das medidas e resultados obtidos a partir dos dois eventos históricos de rupturas institucionais explorados (golpe de 1964 e impeachment de Fernando Collor em 1992), é possível traçar um cenário de possíveis perspectivas futuras das medidas/reformas que serão adotadas pelo governo central bem como de seus possíveis resultados pós-ruptura verificada no primeiro semestre de 2016.

1.3 OBJETIVOS

1.3.1 Objetivo Geral

O principal objetivo deste trabalho é fornecer elementos que ajudem a compreender, de uma forma mais ampla, os desafios a serem enfrentados, bem como as medidas possíveis e necessárias a serem adotadas, visando acelerar o processo de superação das dificuldades e a retomada do desenvolvimento econômico.

1.3.2 Objetivos específicos

- I. Caracterizar a conjuntura econômica que deflagrou a ruptura institucional ocorrida em 1964 (instauração do regime militar), bem como identificar as principais medidas/reformas adotadas e suas implicações para a conjuntura econômica;
- II. Caracterizar a conjuntura econômica que deflagrou a ruptura institucional ocorrida em 1992 (Impeachment de Fernando Collor), bem como identificar as principais medidas/reformas adotadas e suas implicações para a conjuntura econômica;
- III. Caracterizar a conjuntura econômica que deflagrou a ruptura institucional ocorrida em 2016 (Impeachment de Dilma Rousseff);
- IV. Traçar cenários futuros para a economia brasileira (possíveis medidas de ajustes e resultados esperados), com base nos dados conjunturais do primeiro semestre de

2016 e medidas/reformas adotadas nos dois períodos de rupturas institucionais explorados.

1.4 JUSTIFICATIVA

Visto que, conforme relatório do FMI (2016), as expectativas quanto à melhora dos índices econômicos brasileiros estão baixas por parte do mercado externo, se faz necessário o estudo mais amplo e contextualizado das possíveis perspectivas para a economia brasileira.

Segundo Keynes (1985), o funcionamento da vida econômica depende do estado de ânimo dos agentes e de suas expectativas, o que não têm necessariamente uma base lógica, mas derivam, em grande parte, do clima social e político. Na obra “A Teoria Geral do Juro, do Emprego e da Renda”, Keynes coloca que quando ocorre uma crise de confiança na economia, nem mesmo um aumento de liquidez é capaz de reativar o investimento. Dessa forma a reputação, credibilidade e a transparência das autoridades governamentais são essenciais. Se os agentes econômicos têm maior acesso à informação acerca da economia, a confiança tende a aumentar.

Logo este trabalho buscará traçar possíveis perspectivas futuras para a economia brasileira afim de contribuir para a formação de expectativas dos agentes. Este trabalho tem como intuito contribuir para a literatura acerca do tema, servindo como base de consulta e referência como fontes de pesquisa, bem como gerar estímulo para novos trabalhos que sejam correlatados ao tema.

1.5 METODOLOGIA

O presente trabalho se apresenta como de natureza explicativa, dessa forma se propõe a analisar por diferentes óticas os acontecimentos políticos e econômicos dos períodos tratados, bem como de suas consequências, medidas propostas e adotadas, a partir da análise já realizada sobre o assunto por diversos autores. Conforme colocado por Gil (2002), este é o tipo de pesquisa que mais consegue se aprofundar no conhecimento sobre a realidade, uma vez que explica a motivação e o porquê dos fatos e, assim sendo mais complexo e delicado, o risco de ocorrerem erros no processo de análise é maior. Segundo Dieterich (1999) o método científico

é um método de indagar sobre o passado, questionar-se e buscar uma estratégia, um procedimento para chegar ao objetivo de conhecer algum fato nos aspectos que nos interessam na análise. Este questionamento sobre os fatos políticos e econômicos ocorridos no Brasil se faz necessário em virtude de esse ajudar no processo de compreensão sobre a atual estrutura do país, visto que os episódios recentes da política nacional estão ligados aos desdobramentos que ocorreram no passado.

O método histórico também se faz presente no modo de pesquisa deste trabalho e podemos defini-lo com base em Lakatos e Marconi (1991) como um meio de trabalho que consiste em investigar processos, acontecimento e instituições do passado para testar a sua influência na sociedade de hoje. Desta maneira, o método de pesquisa para a busca do conhecimento científico é qualitativo e histórico, o que ocorre através de meio eletrônico através de portais de ensino como base de periódicos e artigos e materiais bibliográficos impressos. Nestes podem ser citados livros, revistas/periódicos, artigos, teses de pós-graduação e dissertações, dentre outros, buscando compreender os fatos que delimitaram a história econômica e política do país à época de suas implicações. Quanto à parte econômica, pode ser destacada a análise dentro do trabalho de diversas variáveis como: PIB; taxa de juros; desemprego; inflação; balanço de pagamentos; e déficit público. Em relação a avaliação dos acontecimentos políticos do período, estes serão detalhados em ordem cronológica, e abordarão a conjuntura política e econômica de cada período. E assim, com base num processo histórico-descritivo dos dois períodos vivenciados de rupturas institucionais, este trabalho buscará traçar possíveis perspectivas para a conjuntura atual.

1.6 ESTRUTURA DA MONOGRAFIA

Para abranger o tema escolhido, o trabalho foi estruturado em quatro capítulos. O primeiro capítulo é introdutório e tem como principal objetivo apresentar ao leitor o tema, discorrendo sobre o problema a ser abordado, qual hipótese será testada e delimitando os objetivos que serão alcançados. No mesmo capítulo se apresentou a metodologia do trabalho, a qual permitiu a abordagem do problema e de todo o tema que o envolve, além da motivação que levou ao desenvolvimento desta monografia.

No segundo capítulo, será feito o levantamento histórico dos períodos em que houveram rupturas institucionais, e os mesmos serão caracterizados de maneira cronológica, levando o leitor ao entendimento da conjuntura como um todo.

Primeiramente veremos como Goulart foi perdendo a governabilidade do executivo nacional até o ponto em que se deu a tomada de poder pelos militares, serão levantados dados conjunturais da época, bem como será feita uma análise afim de averiguar as medidas e resultados que a ruptura institucional trouxe a economia nacional.

Em seguida, o leitor será levado à conjuntura em que Collor se inseria quando foi eleito à presidência em 1992, para entender como se deu o processo de impeachment e as medidas e resultados que as variáveis macroeconômicas que foram afetadas com esse processo de ruptura.

Trazendo a conjuntura atual à tona, o final do segundo capítulo contextualizará o momento político e econômico em que tomou posse Dilma Rousseff em 2011, poderemos entender como transcorreu sua gestão ao longo dos 5 anos à frente da presidência do Brasil, bem como a conjuntura do período.

No terceiro capítulo serão realizadas análises dos períodos, onde será elaborado um quadro com comparações entre os períodos, afim de identificar quais as implicações que as rupturas institucionais trouxeram para as variáveis econômicas do Brasil. Nesse capítulo o autor buscará com base nessas comparações traçar possíveis perspectivas futuras para a economia brasileira.

Ao final, no capítulo de conclusão, são realizadas considerações acerca do tema abordado, assim como a posição do autor acerca do tema abordado, procurando também contribuir com sugestões e indagações que poderão ser trabalhadas em estudos futuros.

2 REFERENCIAL HISTÓRICO

2.1 INSTAURAÇÃO DO REGIME MILITAR

Com o regime de governo retornando ao presidencialismo em 1963, deu-se início um projeto econômico chamado Plano Trienal. Esse plano explorava a convergência de experiências de variados governos brasileiros passados e dos debates técnicos e teóricos da época, sendo que o mesmo foi desenvolvido como uma medida econômica que tentaria resolver os problemas da crise que já vinham se arrastando de governos passados, propondo uma série de medidas no curto prazo que impactariam na contenção do investimento público e do salário real.

O Plano Trienal, caracterizava-se por diagnóstico bastante ortodoxo da aceleração inflacionária no Brasil, enfatizando o excesso de demanda via gasto público como sua causa mais importante. O receituário proposto, embora gradualista – em vista, entre outras razões, dos níveis inéditos alcançados pela taxa inflacionária – era semelhante ao de outros programas de estabilização adotados no passado: correção de preços defasados, redução do déficit público e controle da expansão do crédito ao setor privado. Estabelecia-se 25% como meta inflacionária para 1963 e 7% como meta para o crescimento anual do produto. O déficit potencial do governo para 1963 seria reduzido em cerca de 60% pela adoção de plano de economia e diferimentos de despesas (ABREU, 1990, p. 206).

Seguiu-se ao anúncio do plano um salto o índice de preços no início de 1963, possivelmente, como sugerido por Sochaczewski (1980 apud ABREU, 1990), com base em expectativas de imposição de controle de preços.

Dessa forma, conforme demonstrado pela tabela 1, pode-se perceber como se deu o aumento da taxa de inflação nos anos que antecederam o golpe militar, bem como a diminuição da taxa de crescimento do PIB.

Tabela 1 - Produto e inflação, 1961 – 1965 (%)

Ano	Crescimento do PIB (%)	Crescimento Industrial (%)	Taxa de inflação (%)
1961	8,6	11,1	33,2
1962	6,6	8,1	49,2
1963	0,6	-0,2	72,8
1964	3,4	5,0	91,8

Fonte: Abreu, M. P. (Org.). A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana – 1889 – 1989.

Rio de Janeiro: Campus, 1990.

Nessa época, o índice geral de preços (IGP-M), indicador utilizado para reajuste de preços, teve uma elevação de 72,8% frente aos 25% esperados pelo governo, conforme segue detalhado mensalmente no Gráfico 2.

Gráfico 2 – Taxa de inflação mensal brasileira, de 1961.9 a 1964.3 (%)



Fonte: IPEADATA (2016) - Elaboração própria.

Esse progressivo aumento do processo inflacionário pode ser explicado, segundo Almeida (2010), pelo fato de choques terem ocorrido sobre uma economia oligopolizada em que mecanismos de propagação tendem a aumentar o impacto das pressões inflacionárias. Em janeiro de 1964, a inflação chega a 8%, evidenciando o possível descontrole da economia brasileira com o impacto de todos os choques de preços que aconteceram no período e a falta de uma política de estabilização de preços.

O setor agrícola deveria crescer mais de 18% (Governo do Brasil, 1963), o que iria aumentar o crescimento anual *per capita* da oferta de alimentos em 2,6%, pretendia-se ainda manter uma taxa média de crescimento do PNB em 7%, elevando a renda *per capita* de 323 dólares, em 1962, para 363 em 1965. Entretanto, o crescimento econômico apresentou uma estimativa de 1,6% segundo estudos da Fundação Getúlio Vargas, número bastante inferior à meta estabelecida pelo plano. Foi pequena também a taxa de crescimento dos setores agrícola e industrial, na ordem de 1% para ambos, isso porquê atrelado aos problemas já relacionados, também surgiram problemas no decorrer daquele ano, como: a seca prolongada no Nordeste, geadas e incêndios no estado do Paraná e racionamento de energia elétrica (PIRES, 2010).

No âmbito fiscal do governo, o déficit governamental era maior do que o esperado pelo Plano Trienal - Cr\$ 300 bilhões, em razão das despesas que não eram esperadas referentes à empréstimos e financiamentos concedidos aos setores que foram afetados pela crise, isso em conjunto com a aprovação de um aumento salarial maior do que o planejado para o período, fazendo com que o déficit real do período saltasse para quase o dobro, chegando aos Cr\$ 500 bilhões (PIRES, 2010).

Dessa maneira, o final de 1963 ficou marcado pelo descontrole das variáveis macroeconômicas, políticas de flexibilização e por um menor déficit público que em decorrência da recuperação da carga tributária, que alcançou 18% do PIB, pode ter melhora considerável. As bases monetárias e os meios de pagamento cresceram 70,1% e 64,6% respectivamente, as exportações cresceram tanto pela expansão dos preços como pelas quantidades exportadas, sendo que as importações permaneceram estáveis. O item mercadorias e serviços melhoraram seu saldo comercial, do mesmo modo como as transações correntes, ocasionando uma melhora na balança de pagamentos, conforme segue indicado na Tabela 1.

Tabela 2 – Balança de pagamentos do Brasil, 1961 a 1964 – US\$ Milhões

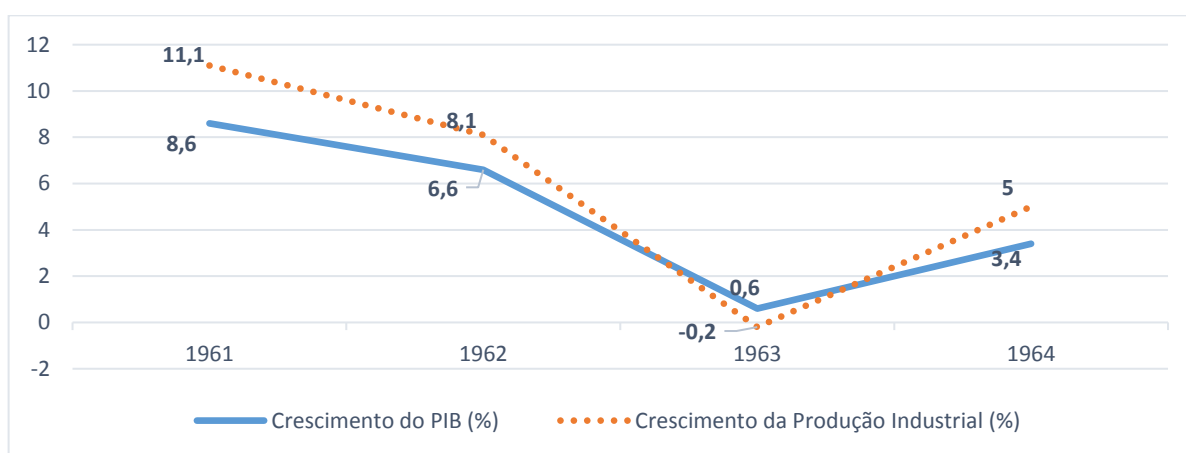
Especificação	1961	1962	1963	1964
A. Balança comercial	113	-89	112	344
Exportação (FOB)	1405	1215	1406	1430
Importação (FOB)	1292	1304	1294	1086
B. Serviços	-350	-339	-269	-259
Transportes e seguros	-83	-84	-100	-73
Rendas de capitais	-145	-136	-87	-131
Juros	-114	-118	-87	-131
Lucros e dividendos	-31	-18	0	0
Outros serviços	-122	-119	-82	-55
C. Mercadorias e serviços (A+B)	-237	-428	-157	85
D. Transferências	15	39	43	55
E. Transações correntes (C+D)	-222	-389	-114	-140
F. Capitais	288	181	-54	82
Investimento direto líquido	108	69	30	28
Empréstimos e financiamentos (médio e longo prazos)	579	325	250	221
Capitais de curto prazo	0	0	0	0
Amortizações	-327	-310	-364	-277
Outros	-72	97	30	110
G. Total (E+F)	66	-208	-168	222
H. Erros e Omissões	49	-138	-76	-218

I. Superávit (+) ou déficit (-)	115	-346	-244	4
J. Demonstrativo de resultados	-115	346	244	-4
FMI	40	-18	5	-28

Fonte: Melo; Bastos; Araújo apud Ferreira (2006, p. 89)

A política de refreamento da substituição de importações promovida pelo governo de Jânio Quadros é evidente quando analisamos os dados da evolução real do Produto Interno Bruto e do crescimento industrial para o período de 1960 a 1964, conforme apresentado no Gráfico 3. O efeito da instrução nº 204 da SUMOC¹ e a redução do consumo do governo, conduziu a economia a um crescimento quase nulo no biênio 1962-1963. Contudo, o ano de 1964 já demonstrava certa recuperação, conforme Pires (2010), essa pequena recuperação do PIB foi resultante da contenção da saída de capitais estrangeiros devido à Lei nº 4.134 e de alguns investimentos concretizados pelo Plano Trienal. Dessa forma fica claro que o crescimento econômico do Brasil naquela época dependia do desempenho da indústria, e não da dinâmica econômica do setor primário.

Gráfico 3 – PIB e crescimento da produção no Brasil, 1961 a 1964



Fonte: IPEADATA (2016) – Elaboração própria

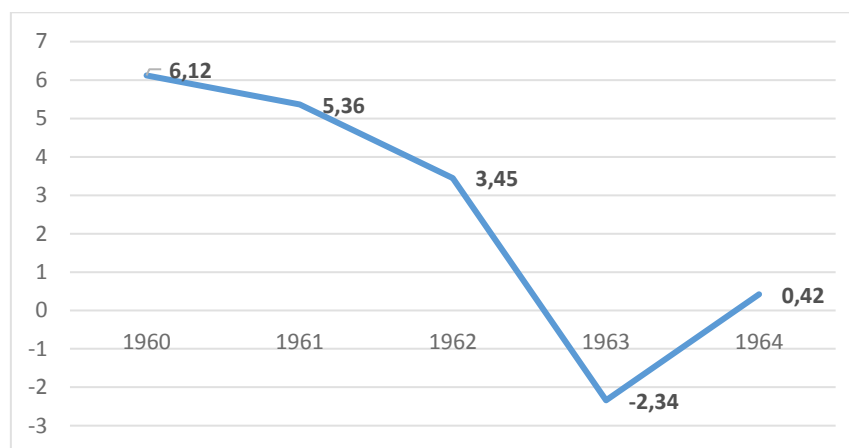
Se analisarmos o PIB real brasileiro, no ano de 1963 o nível de crescimento foi o menor desde a II Guerra Mundial, isso decorrencia não só dos problemas naturais já apresentados, mas também da tendência à desaceleração que continuava e tendia a diminuir ainda mais o nível crescimento. Por fim, a política econômica adotada em decorrência da aceleração inflacionária,

¹ A Instrução SUMOC nº 204 implicou em considerável modificação do regime cambial. O “câmbio de custo”, mantido fixo por mais de dois anos, foi desvalorizado em 100%, enquanto a categoria geral foi extinta, devendo as importações correspondentes ser realizadas no mercado “livre”.

teve um efeito depressivo sobre a atividade econômica maior do que os esquemas de estabilização anteriores, demonstrando a fragilidade da indústria perante a crise econômica que se evidenciava.

O PIB *per capita* por sua vez, segundo Pires (2010), se torna um interessante indicador no curto prazo para o desenvolvimento econômico dessa maneira, conforme segue no gráfico 4 é relevante a queda nesse indicador como resultado do refreamento do modelo substitutivo de importações até 1963. Em contrapartida, após a implementação do Plano Trienal o índice sofreu certa recuperação a partir de 1964.

Gráfico 4 – PIB *per capita* do Brasil, variação % real anual, 1960 a 1964



Fonte: IPEADATA (2016) – Elaboração própria

Porém, o plano desagradou a todos os lados: aos setores conservadores e favoráveis ao capital estrangeiro, porque foram prometidas as Reformas de Base²; e aos setores nacionalistas, porque implicava no agravamento a curto prazo das condições de vida da população. Dessa forma, sem apoio de qualquer setor expressivo da população e após firme condenação pelas organizações e partidos que apoiavam o governo, o Plano Trienal terminou retornando à gaveta (SOUZA, 2008). Desse momento em diante, o governo se empenharia em construir ampla coalização no Congresso, com o objetivo de conseguir a aceitação das reformas de base, indispensáveis à superação dos entraves ao desenvolvimento. E, com o intuito de pressionar o Parlamento, João Goulart apelaria para as massas populares.

² As reformas de base iam desde a reforma do comércio exterior e da limitação das posições das corporações estrangeiras até a reforma agrária, a reforma universitária e o aperfeiçoamento da legislação social e da legislação política.

Entretanto, as tentativas de Jango para aumentar sua base de apoio, no início de 1964, só contribuíram para acirrar o clima de desconfiança que minava seu governo e em 1º de abril de 1964, realizava-se um golpe militar que o deporia e deteria o “Caminho Brasileiro”. (SOUZA, 2008, p. 56)

Quando os militares começaram a governar o país, a economia brasileira se encontrava estagnada, com as finanças públicas deterioradas e uma inflação que se aproximava de 100% ao ano. Como resposta, o presidente Castello Branco procedeu com a adoção de um audacioso programa de reformas, que possuía como principais objetivos equilibrar as contas do governo, controlar a inflação e desenvolver o mercado de crédito. (SOUZA, 2008)

O PAEG (Plano de Ação Econômica do Governo) teve como principal inovação a introdução da correção monetária, instrumento que passou a reajustar títulos públicos, contratos e dívidas com base na inflação passada. Esse mecanismo permitiu ao governo que este pudesse vender papéis financeiros no mercado afim de cobrir seus gastos, algo não passível anteriormente visto que a inflação era temida pelos investidores que não queriam ter seu poder de compra corroído.

Com o intuito de diminuir os salários, o PAEG introduziu uma forma de cálculo do reajuste dos pagamentos que previa a reposição da inflação passada e a incorporação de parte da inflação projetada para o futuro, porém a fórmula conferiu perdas aos trabalhadores, uma vez que os cálculos do governo normalmente subestimavam as projeções de inflação. Entretanto, segundo Souza (2008) o arrocho salarial suavizou os custos das empresas e ajudou a segurar os preços no mercado, contribuindo para a retomada do crescimento nos anos seguintes.

No âmbito da política fiscal, enquanto o governo estava adotando medidas que estavam sendo direcionadas à elevação da receita pública, também se concentravam esforços para a contenção de despesas, o que em termos reais trouxe uma elevação da receita pública em 25% no ano de 1965, e o déficit fiscal do governo foi reduzido de 4,3% do PIB em 1963 para 1,1% do PIB em 1966 (CAMPOS; SIMONSEN, 1974).

As medidas adotadas fizeram com que o país adquirisse a confiança de capitais estrangeiros, captando investimentos diretos do exterior e podendo tomar empréstimos com taxas de juros mais baixas. Os ajustes que foram impostos por Castello Branco diminuíram o déficit nas contas do governo, reorganizaram a economia e reduziram expressivamente a inflação, que caiu para 65,7% em 1965, conforme dados da tabela 3.

Tabela 3 - Produto e inflação, 1964 – 1968

Ano	Crescimento do PIB (%)	Crescimento industrial (%)	Taxa de inflação (%)*
1964	3,4	5,0	91,8
1965	2,4	-4,7	65,7
1966	6,7	11,7	41,3
1967	4,2	2,2	30,4
1968	9,8	14,2	22,0

*Inflação medida pelo IGP-DI da FGV.

Fonte: Abreu, M. M. (Org). A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana – 1889 – 1989. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

Entre 1967 e 1973, o PIB teve um crescimento médio de 10,2% ao ano, fazendo com que a economia brasileira dobrasse seu tamanho em apenas sete anos, fazendo com que o período seja conhecido como “milagre brasileiro”. O crescimento obtido pela economia nacional ajudou a ditadura a se legitimar politicamente, entretanto, o modo como os militares conduziram a economia nacional acabou enfraquecendo as finanças nacionais e afligiu sua capacidade de manter por mais tempo o ritmo de expansão dos anos do milagre econômico (MACARINI, 2000).

Entre as características nacionais que permitiriam o crescimento acelerado da economia, Souza (2008) coloca que podemos destacar o investimento público, as medidas protecionistas, o processo de substituição de importações e o crescimento das empresas estatais. Visto que as estatais alavancaram o investimento público, tendo seu crescimento médio no período 1970 – 1974 de 21,8% enquanto que a taxa anual de crescimento do setor privado era de 15,8%.

Com a posse do presidente Costa e Silva (1967) o controle do governo sobre a condução das políticas macroeconômicas foi ampliado, sendo que, além de manter os salários indexados o governo mantinha o controle de preços dos principais produtos vendidos no país, sendo que alguns só podiam ter elevação nos preços com a autorização de um conselho formado por quatro ministérios. O controle das principais fontes de crédito, tanto de curto como de longo prazo, era determinado por Brasília, bem como a taxa de câmbio que seria usada nas transações com o exterior (MACARINI, 2000).

O governo dessa maneira atuava fixando limites para as taxas de juros cobradas nos empréstimos bancários e distribuíam incentivos para os bancos que diminuíssem suas taxas, segundo Souza (2008), agências como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico

(BNDE) e Banco do Brasil começavam um processo de oferta de crédito mais barato, focado principalmente nos investimentos do setor privado.

A queda do salário impulsionou um aumento da concentração de renda no país, conforme pode ser visto na tabela 3 os 80% mais pobres da população tiveram sua participação da renda total do país diminuída de 45,5% em 1960 para 36,8% em 1970, entretanto os 5% mais ricos elevaram sua participação de 27,4% para 36,3%.

Tabela 4 - Distribuição de renda no Brasil, 1960 – 1970

Faixa de renda	1960 (%)	1970 (%)
40% mais pobres	11,2	9,0
Próximos 40%	34,3	27,8
Próximos 15%	27,0	27
5% mais ricos	27,4	36,3

Fonte: Baer, Werner. A economia brasileira. 2. Ed. São Paulo 2002, p. 99, tabela 5.2. Calculado a partir do IBGE. Censo Demográfico, 1970.

Os críticos do modelo adotado pelos militares tinham como principal argumento a maneira desigual como a riqueza era distribuída na sociedade. Albert Fishlow (1974), coloca em sua análise do regime militar que o arrocho salarial executado pelo governo foi a característica principal responsável pelo aumento da distância entre os ricos e pobres, dessa maneira o índice de Gini passou de 0,5 em 1960 para 0,62 em 1977 (IPEADATA, 2016).

A conjuntura econômica começou a mudar em 1973, quando os países produtores de petróleo elevaram seus preços subitamente. O choque de preços abalou a economia mundial, e pegou de surpresa países como o Brasil, que importava cerca de 70% do petróleo que precisava. Porém coexistiam duas alternativas para lidar com a situação, e o governo escolheu a que parecia politicamente mais conveniente. Segundo Macarini (2000), a opção mais sensata teria sido a de aguardar, esperar as coisas melhorarem no cenário econômico nacional e internacional, restringindo assim a demanda interna. A maioria dos países importadores de petróleo seguiu esse caminho, porém não o Brasil.

Com a posse do presidente Ernesto Geisel, em 1974, foi dado início a um audacioso plano de investimentos que buscava a captação de recursos financeiros no exterior para financiar o desenvolvimento das novas indústrias que seriam necessárias ao país. Como os produtores de petróleo buscavam alternativas para investir seu dinheiro, havia capital sobrando no mundo e isso permitiu que o governo e as empresas brasileiras tomassem empréstimos com o objetivo de modernizar-se e assim reduzir a dependência externa da indústria nacional,

começando a produzir no Brasil as máquinas e insumos que importavam na época (VELOSO et al, 2013).

O programa de desenvolvimento nacional, segundo Veloso et al. (2013), elevou a participação do Estado na economia do país, fazendo com que empresas estatais comandassem a cadeia petroquímica e as usinas siderúrgicas, a produção e a distribuição de energia elétrica, o setor de telecomunicações, as estradas e as ferrovias. Nessa mesma época nasceram projetos importantes como o programa nuclear brasileiro e a usina hidrelétrica de Itaipu.

Mantendo o crescimento baseado em empréstimos externos, nos cinco anos compreendidos entre 1974 e 1978, a taxa de crescimento do PIB situou-se em 6,7% ao ano e a inflação média em 37,8%. A balança comercial demonstrou déficit anual médio de US\$2,2 bilhões e a de transações correntes de US\$ 6,5 bilhões. Devido à ampla captação de empréstimos internacionais, as reservas cambiais saltaram de US\$ 6,4 bilhões ao final de 1973 para US\$ 11,9 bilhões, sendo que no período de 1973 a 1978 a dívida externa líquida de reservas subiu de US\$ 8,4 bilhões para US\$ 40,3 bilhões (VELOSO, 2013).

O país começava a demonstrar cansaço após tantos anos de autoritarismo, votando em massa nos candidatos da oposição nas eleições de 1974 para o Congresso. Conforme Souza (2008), quando a ditadura acabou, em 1979, boa parte da população tinha abandonado a zona rural para viver em zonas urbanas, e milhões de pessoas tinham partido para os estados mais populosos, como Rio de Janeiro e São Paulo. Uma indústria moderna e vigorosa se tornara responsável por quase metade da riqueza produzida pelo país, porém a um custo de endividamento externo altíssimo.

Com o aumento das vulnerabilidades, se elevou a pressão pela subida dos preços, e depois de vários anos estabilizada, a taxa de inflação voltou a crescer de forma acelerada a partir de 1979, conforme tabela 5.

Tabela 5 - Taxa de inflação (IGP %), 1974 – 1975

Ano	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982
IGP	33,8	30,1	48,2	38,6	40,5	76,8	110	95,2	99,7

Fonte: FGV (2016) – Elaboração própria

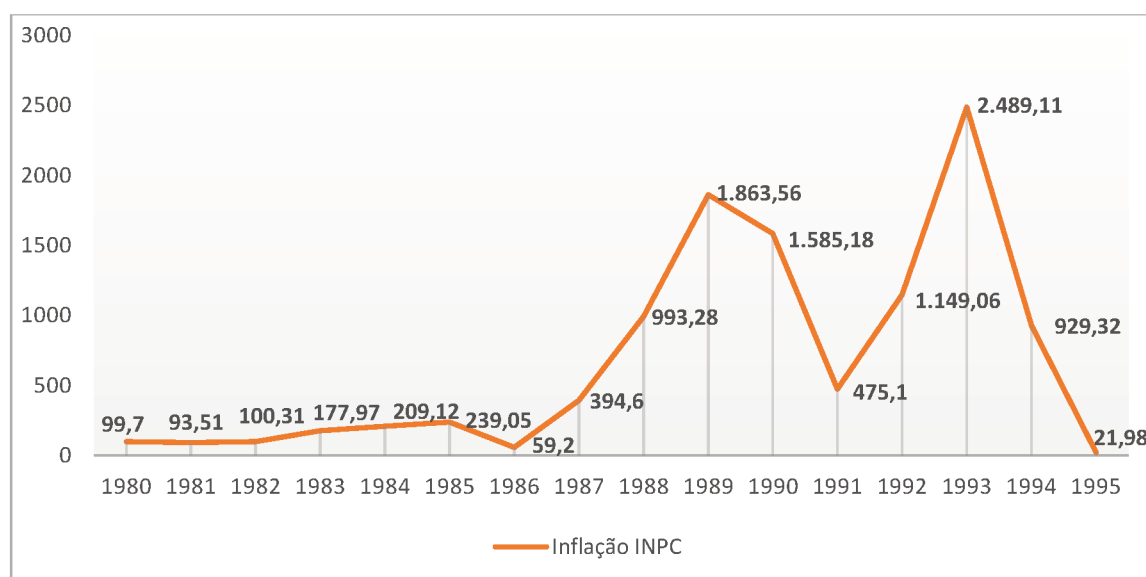
O agravamento da crise mundial traria novamente problemas ao Brasil, porém, segundo Souza (2008) a situação era mais grave, visto que a dívida externa que se encontrava em um patamar estável tomou uma trajetória explosiva, além da queda da taxa de lucro, da desaceleração dos investimentos privados e do acelerado processo inflacionário.

2.2 IMPEACHMENT DE FERNANDO COLLOR

A década de 80 foi caracterizada pela estagnação do nível de atividade econômica, por severos desequilíbrios macroeconômicos e, em especial, pela hiperinflação. No período compreendido entre 1980 e 1993, a taxa de crescimento média da economia brasileira foi de apenas 2,1% a.a., fazendo com que o país registrasse uma estagnação do PIB per capita entre 1980 e 1993. O crescimento do produto foi também irregular, alternando anos de expansão do produto com outros de significativo declínio. O setor industrial, principal pilar do crescimento econômico, também sofreu impactos e sua participação no PIB diminuiu de 33,7% em 1980 para 29,1% em 1993 (PINHEIRO, 1996).

Nesse mesmo período de 1980 a 1994, a taxa de inflação, medida pelo INPC (IBGE), atingiu o patamar médio de 709 % a.a. (Gráfico 5). Sendo que, ao mesmo tempo que tentava-se manter o controle da inflação, mecanismos iam sendo criados com o objetivo de torná-la suportável, o que acabava facilitando e aumentando a sua aceleração. O fracasso de uma sequência de planos heterodoxos de estabilização em curto período de tempo contribuiu para aumentar a instabilidade na economia, intensificando a aceleração da inflação (PINHEIRO; GIAMBIAGI; GOSTKORZEWICZ; 1999)

Gráfico 5 – Taxa de inflação INPC, 1980 – 1995 (%)



Fonte: IPEADATA (2016) – Elaboração própria.

A Constituição de 1988, segundo Pinheiro; Giambiagi e Gostkorewicz (1999), agravou o problema de desequilíbrio nas contas públicas, uma vez que transferindo parte das receitas

fiscais da esfera federal para estados e municípios, não exigiu a contrapartida de redistribuir os gastos. Dessa maneira, em 1989 o déficit fiscal³, atingiu 7% do PIB, sendo que ao longo da década de 80, na média, o déficit operacional foi de 5% do PIB.

O final da década de 1980 pode ser caracterizado pelo sério aprofundamento da dependência econômica iniciada ainda no começo daquela década, conforme Pires (2010), os efeitos combinados da crise do balanço de pagamentos e a incapacidade de se criar um modelo de desenvolvimento nacional que fosse alternativo às imposições dos países industrializados levaram a economia brasileira a uma situação de hiperinflação e grande desordem nas contas públicas. A reduzida capacidade macrosocial de escolher um rumo para superar a crise descrita acima, marcava a sociedade brasileira quando da eleição de Fernando Collor (LAMOUNIER, 1990).

Assim, os recorrentes déficits públicos que vinham se tornando crescentes, a dificuldade do Estado em garantir a estabilidade e a providência de serviços sociais básicos (educação, saúde e segurança) e o ônus imposto por sua agenda de empreendedor direto originaram, ainda na década de 80, um processo de redefinição do papel do Estado na economia (PINHEIRO; GIAMBIAGI; GOSTKORZEWICZ; 1999).

O Estado estava perdendo sua capacidade de impulsionar o crescimento econômico, uma vez que, pressionado pelos encargos da dívida externa e pelas pressões redistributivas, entrou em crise fiscal (SOUZA, 2008). A elevação da taxa de urbanização e a estagnação do crescimento per capita teriam se refletido em inflação crescente e em aumento de participação política. O sistema político, porém, embora definido numa nova norma reguladora, a Constituição de 1988, apresentava uma capacidade reduzida de acomodar, de forma legitimada, os conflitos que aconteciam no país.

Em dezembro de 1989, Fernando Collor de Mello fora eleito para a Presidência do Brasil com cerca de 35 milhões de votos, mais da metade dos votos válidos da época. Dessa forma, parecia enfim concretizada a solicitação principal da campanha das Diretas Já e do movimento pela redemocratização do país, e assim Collor poderia tentar reestruturar a economia para assegurar maior grau de autonomia na elaboração de políticas nacionais.

Entretanto, segundo Pires (2010), Collor adotou as premissas das organizações multilaterais (FMI, Bird, Federal Reserve, etc.) e ao chamado “Consenso de Washington”⁴.

³ Fonte de dados: Relatório do BNDS, Políticas e desempenho macroeconômico, 1999.

⁴ O Consenso de Washington decorreu de uma série de reuniões entre os dirigentes do FMI, do Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento e do Tesouro dos Estados Unidos, além de políticos e economistas latino-americanos. A primeira ocorreu em 1989 e nela foram debatidos os problemas enfrentados pelos países da região (inflação e crise econômica). O valor do Consenso se resume ao fato de que reúne uma série de medidas

As medidas indicadas pelo consenso de Washington formaram um verdadeiro receituário, que foi disseminado por toda a América Latina. No Brasil não seria diferente, visto que Fernando Collor seria mais um dirigente a fazer parte dessa onda liberalizante que tomou conta da região em todo o início da década de 90 (PIRES, 2010).

Mesmo com o discurso oposicionista da época, Collor representava o conservadorismo que estava enraizado no período da ditadura militar (1964-1985). Dessa forma, como parte dessa cultura autoritária de poder, Collor traria consigo mais um pacote de políticas econômicas, que introduzia medidas de manipulação nunca vistas antes na economia brasileira. Buscou-se misturar elementos de um choque heterodoxo com as premissas do Consenso de Washington e, dentre as medidas, segundo Pires (2010), destaca-se a abertura do mercado brasileiro; o bloqueio de aplicações financeiras; o início do processo de privatização de empresas estatais; o corte de verbas sociais e eliminação de estruturas de apoio à cultura; e arrocho salarial. Entretanto, ainda segundo o Autor, o apoio incondicional da mídia hipnotizou a quase todos, o que deixou muitos observadores perplexos com a passividade da população frente as medidas impostas pela nova equipe econômica.

O Plano Collor I, combinava confisco de depósitos à vista e de aplicações financeiras com prefixação da correção de preços e salários, tributação ampliada sobre aplicações financeiras, adoção de câmbio flutuante e uma reforma administrativa que implicou no fechamento de diversos órgãos públicos. Com base nisso, segundo Souza (2008), uma série de medidas que caracterizam esse plano podem ser elencadas, sendo elas:

- a) 80% dos depósitos aplicados no overnight, em contas-correntes e contas de poupança que excedessem a NCz\$ 50.000,00, foram congelados por 18 meses, sendo remunerado durante o bloqueio pela taxa de inflação mais juros de 6% ao ano: era o chamado “confisco”;
- b) O cruzado novo foi substituído pelo cruzeiro pela cotação e 1x1;
- c) Foi instituído um imposto extraordinário sobre as operações financeiras (IOF), incidente sobre o estoque de ativos financeiros, transações com ouro e ações e sobre as retiradas das contas de poupança;
- d) Os preços e salários foram congelados; possíveis reajustes somente poderiam ocorrer por determinação governamental com base na inflação projetada;
- e) Eliminação de subsídios e incentivos fiscais
- f) Indexação de impostos (sobre a renda e produtos industrializados), obrigando seu ajuste de acordo com a inflação do dia posterior à realização da transação.
- g) Combate à sonegação fiscal por intermédio da obrigatoriedade de nominação de cheques com valores superiores a Cr\$ 100,00 e eliminação dos fundos de investimentos em renda fixa “ao portador”
- h) Tarifaço: as tarifas dos serviços públicos foram reajustadas antes de congeladas
- i) Liberação do cambio

com ideal neoliberal, e que acabaria sendo absorvida por substancial parcela das elites políticas, empresariais e intelectuais da região, passando a ser um sinônimo de modernidade e um receituário do discurso político de algumas elites (BATISTA, 1994).

- j) Abertura econômica
- k) Reforma administrativa
- l) Privatização de empresas estatais (PIRES, 2010, pg. 265)

As medidas previstas no plano foram justificadas pela situação de hiperinflação que o país vinha passando. O monetarismo acabou sendo a essência dessas políticas, visto que o volume expressivo da dívida e o descontrole do gasto público foram apontados como principais causas do processo inflacionário.

Como resultado, Souza (2008) coloca que o país passaria por uma violenta recessão. Como uma das medidas, o governo bloqueou quase que a totalidade dos ativos financeiros, o sistema financeiro acabou “entesourando” os recursos que poderiam ter sido destinados à pequena e média empresa, ou para o sistema de produção, infraestrutura e área social. A situação ainda acabou piorando visto que houve forte arrocho salarial e corte dos gastos públicos.

O arrocho salarial, segundo pesquisa Dieese/Seade (apud SOUZA, 2008, p. 207) indica que o rendimento real dos assalariados caiu 30% e que o salário mínimo real, por sua vez, também caiu 35%, passando ao equivalente de somente 26% do que valia quando foi instituído em 1940. Já o corte de gastos públicos teve como principal impacto os gastos sociais. Segundo um estudo feito pelos economistas Sérgio L. Cerqueira Silva e Rosa Maria Marques (apud SOUZA, 2008, p. 207), só nos dois primeiros anos do governo Collor os gastos com saúde caíram 44%, de US\$ 11,4 bilhões para US\$ 6,4 bilhões, e os gastos com educação, por sua vez, caiu pela metade, de US\$ 8,4 bilhões em 1989 para US\$ 4,2 bilhões em 1991.

No decorrer dos três anos da gestão de Collor (1990 a 1992), o PIB per capita caiu 8,36%, a produção industrial caiu 13,3% e sua participação no PIB baixou de 46,3% em 1989 para 38,7% em 1992. Em consequência, a taxa de desemprego que vinha caindo desde os anos 1980, voltou a subir, conforme dados demonstrados na tabela 6.

Tabela 6 – Desemprego e inflação (%), 1989 a 1992

Ano	1989	1990	1991	1992
Taxa de desemprego*	8,8	10,00	11,6	14,9
Inflação (IGP)	1.782,9	1.476,6	480,2	1.157,9

* Desemprego na Grande São Paulo

Fonte: Para desemprego, Dieese/Seade; para inflação FGV. Conjuntura Econômica apud Souza (2008, p. 208)

Conforme colocado por Pires (2010, p. 266), à época do lançamento do Plano Collor, o presidente havia dito que o “tigre da inflação seria liquidado com apenas um tiro”, entretanto a inflação seguiu em patamares elevados e mais uma vez não foi domada. Nessas condições, mesmo acuados pela iminência de importações de mercadorias, os grupos empresariais continuavam a elevar os preços dos seus produtos.

Diante deste cenário foi adotado novo plano de estabilidade econômica, o Plano Collor II. Lançado no início de 1991, teve como premissas: congelamento de preços e salários; a racionalização dos gastos públicos, onde o Ministério da Economia ficou responsável por centralizar quaisquer decisões de gastos e investimentos da máquina pública; a redução de despesas em todos os níveis da administração federal na ordem de 10%; maior controle das estatais, criando o comitê de controle das empresas estatais; e estimulou a competitividade industrial por meio de um programa de fomento à classe industrial (PIRES, 2010).

Dessa forma, enquanto tentava-se estancar o processo inflacionário, o governo de Collor atuava para proceder com a abertura do país ao capital estrangeiro também em outras frentes, que como principais medidas, podemos citar de acordo com Lia Valls Pereira:

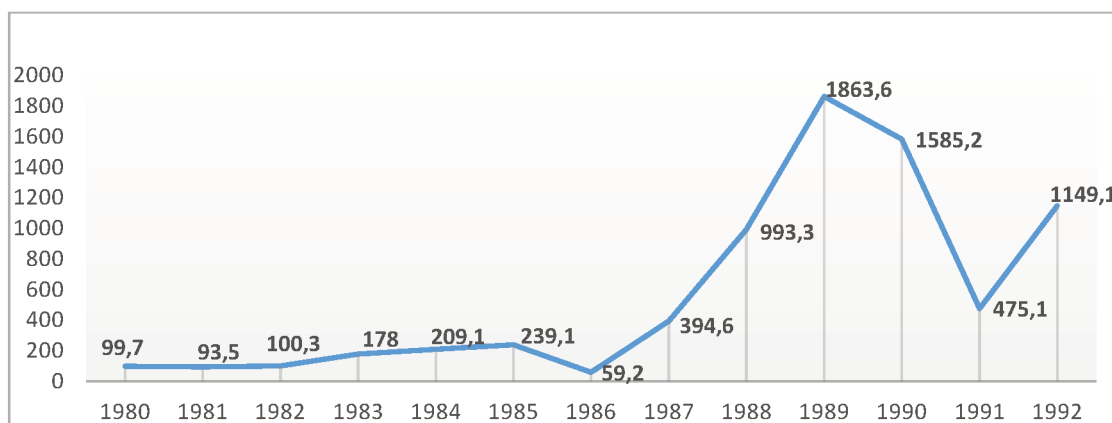
[...] securitização das exportações no exterior; redução da carga fiscal sobre remessa e lucros; emissão no exterior de debêntures conversíveis em ações por parte das empresas sediadas no País; eliminação da restrição a remessas de royalties e a assistência técnica entre filial e matriz; concessão de registro de reinvestimento de lucros provenientes de receitas financeiras; e equalização das taxas e câmbio utilizadas na transferência de lucros e no cálculo do registro de seu reinvestimento no País. O resultado dessas medidas foi um aporte de recursos de US\$ 19,75 bilhões entre 1990 e fevereiro de 1992 (Pereira, 1992, p. 28-29)

O governo Collor não conseguiu atrair o capital estrangeiro, porém preparou as bases para o processo de privatização do patrimônio público. Segundo Souza (2008), o governo assentou as bases para o ingresso do capital estrangeiro e criou a Lei nº 8.031/90 que instituía o Programa Nacional de Desestatização (PND). Dessa forma o governo tentava alegar que as empresas estatais eram ineficientes, porém a própria realidade mostrava que os setores de petróleo, minério, energia, telecomunicações e aço eram todos altamente rentáveis. Assim, o governo iniciaria o processo de privatização com as empresas consideradas livres de impedimentos legais, ou seja, empresas que não necessitariam de mudanças constitucionais ou legais para serem privatizadas.

Os sucessivos e fracassados pacotes econômicos acarretaram em impactos sobre a economia bastante rigorosos, principalmente em referência ao nível de vida da população. O

gráfico 5 descreve a inflação anual entre 1980 e 1992 por meio do INPC – Índice Geral de preços ao Consumidor.

Gráfico 6 – INPC – 1980 a 1992 (% anual)



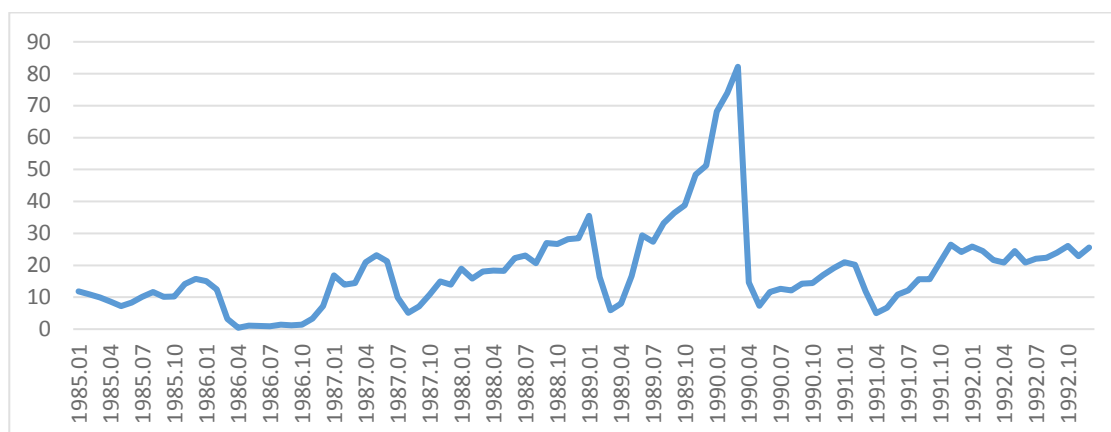
Fonte: IPEADATA (2016) – Elaboração própria

Um alto índice de inflação provoca uma série de distorções na economia, pois diminui a renda daqueles segmentos da população que não tem acesso a qualquer mecanismo de proteção, principalmente as famílias de mais baixa renda, acirrando a luta de classes, dificultando o cálculo econômico e a gestão financeira das unidades produtivas; distorce o orçamento do setor público; inibe novos investimentos econômicos; e por fim, leva a liquidação do padrão monetário nacional (PIRES, 2010, p. 270). Podemos analisar a tendência ascendente do índice de inflação, sendo que o mesmo apresenta pequenas reduções ao longo do período, que podem ser explicadas segundo Pires (2010) pelos congelamentos de preços que foram sendo determinados em cada um dos novos pacotes econômicos do governo. Esses congelamentos podem ser observados no gráfico 6, nos períodos de fevereiro a novembro de 1986; março a maio de 1989; junho a setembro de 1989; abril a julho de 1990; e janeiro a junho de 1991.

Sendo que é de suma importância observar que os congelamentos ocorridos têm o efeito parecido com uma mola: onde no momento que ocorre o congelamento dos preços (pressão nos preços), os preços se comprimem, entretanto, no momento em que os preços são liberados a inflação volta com ainda mais força, como demonstrado pelo INPC nos períodos posteriores ao congelamento. Como resultado, os impactos do processo inflacionário também contribuíram para a queda do crescimento do PIB brasileiro durante o período de análise, uma vez que as políticas recessivas, que foram incapazes de frear o processo inflacionário durante o Plano

Collor, se fizeram sentir sobre o desempenho do produto interno, sem implicar nenhum efeito duradouro sobre a inflação no sentido de freá-la.

Gráfico 7 – INPC – 1985 a 1992 (% mensal)



Fonte: IPEADATA (2016) – Elaboração própria

O período compreendido entre os anos de 1985 e dezembro de 1989 teve como taxa média de desemprego um valor de 6,72%. Porém, após a adoção das diversas medidas econômicas pelo governo o nível de desemprego subiu para 8,08% entre janeiro de 1990 e dezembro de 1992, alcançando seu ponto de máximo em maio/junho de 1992, no valor de 10,2% (PIRES, 2010, p. 274).

Uma economia em recessão, com alta inflação e elevadas taxas de desemprego comprimiam o poder de compra dos salários e dessa forma houve forte mobilização sindical nesse período. Tanto que livres das restrições da ditadura militar, segundo Pires (2010), os trabalhadores organizaram greves para reivindicar por maiores salários, entre eles fortes classes de trabalhadores como: bancários, petroleiros, químicos, funcionários da administração pública direta e metalúrgicos. No entanto, o nível de indexação da economia era tão alto que a reposição salarial não era suficiente para garantir o poder de compra dos trabalhadores.

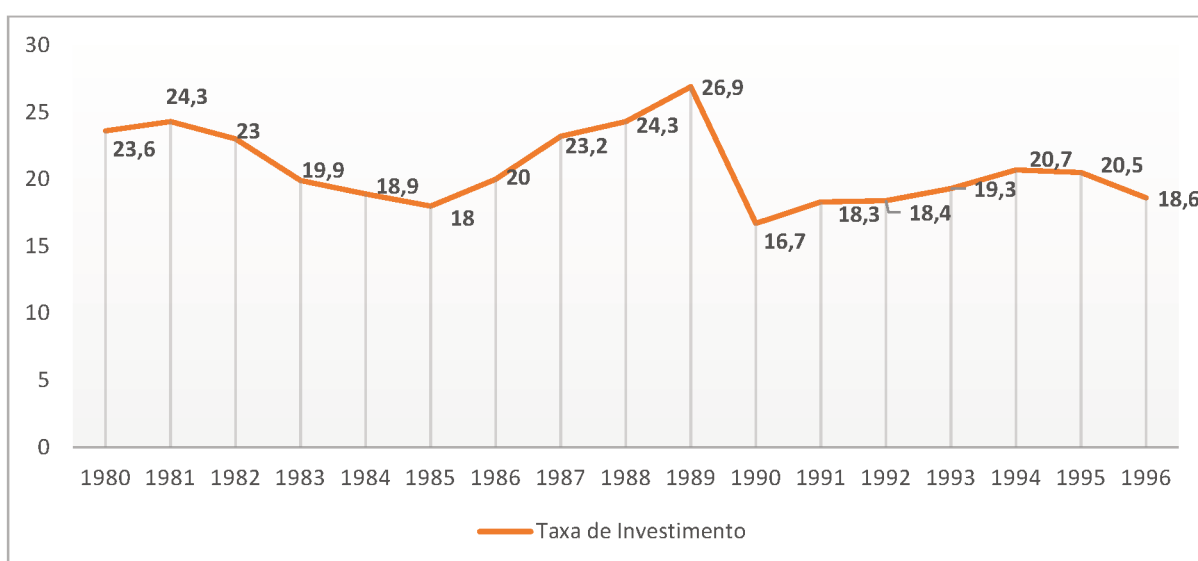
Em relação à dívida externa, como o país ficou marginalizado perante os fluxos internacionais e não recebemos novos recursos, seu volume se elevou em quase 30% no período de 1985 a 1992. Um dos principais motivos, segundo Pires (2010), para esse fato ter ocorrido foi o modo com que foi feita a rolagem dos juros da dívida, com aportes patrocinados pelo FMI e bancos credores. As reservas internacionais continuavam com um estoque baixo durante todo o período, porém é importante frisar que ocorreu a reestruturação do sistema financeiro nacional para deixá-lo conforme padrões internacionais. Dessa maneira bancos estrangeiros puderam

atuar no Brasil e houve a adesão ao acordo de Basiléia, que previa normas contábeis rigorosas para o registro das transações bancárias.

As exportações⁵, haviam obtido uma diminuição em seu valor bruto, da faixa anual de US\$ 34 bilhões no biênio 1988/1989 para a de US\$ 31,5 no biênio 1990/1991, e posteriormente voltou a ascensão em 1992 e 1993, com crescimento de 13,2% e 7,7% respectivamente, devido ao início do aquecimento da economia mundial (SOUZA, 2008). No âmbito internacional, o setor industrial nesse período passou por expressivas transformações de natureza tecnológica e organizacional. Especialmente na segunda metade da década de 80, houve expressiva redução das taxas de investimento no país. Em 1980, a taxa de investimento, a preços constantes desse mesmo ano, era de 23,6% do PIB, já em 1990, o indicador tinha caído para 16,7% do PIB. (SOUZA, 2008). Segundo Souza (2008), essas características só refletiam o menor nível de poupança agregada do país, particularmente das poupanças pública e externa, fator também atrelado foi o aumento do preço relativo dos bens de investimento, que foi resultado da própria instabilidade econômica e das políticas públicas adotadas.

O aumento da taxa de lucro, ainda que ínfima, acertada com a queda dos juros e atrelada a melhoria do mercado interno e externo, tenderia a promover a reativação da economia. Assim, o PIB, que caíra 0,5% em 1992, cresceu 4,9% em 1993 e a produção industrial, que declinara 4,2% no ano anterior, subiu 7% em 1993 (SOUZA, 2008).

Gráfico 8 - Taxa de Investimento 1980 – 1996 (% do PIB)

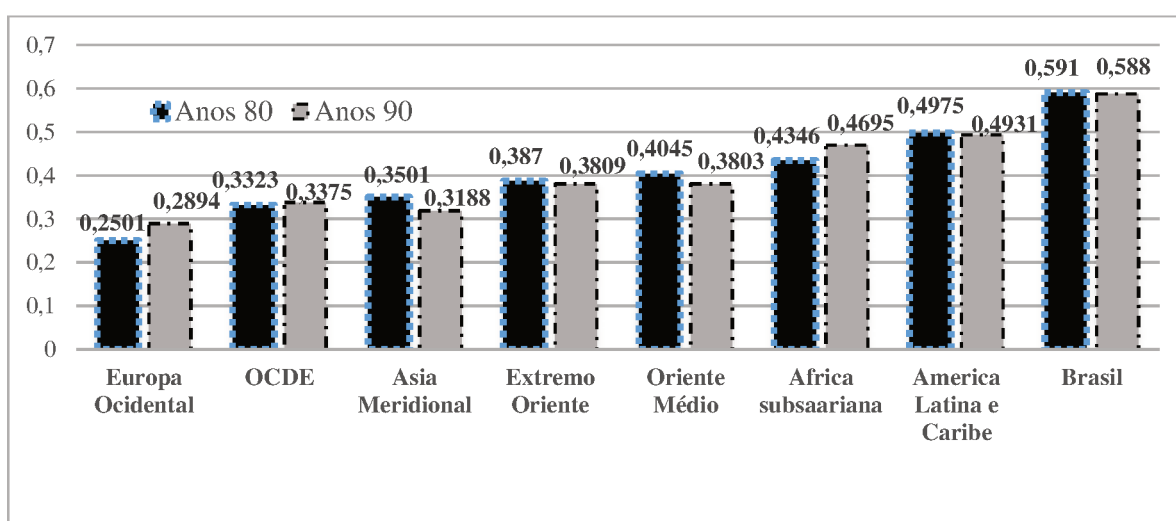


Fonte: FGV (2016) – Elaboração Própria

⁵ Fonte dos dados: FGV (2016), Banco de informações econômicas e sociais.

A concentração de renda, conforme Souza (2008) também teve significativa deterioração: O índice de Gini, que mede o grau de concentração de renda, subiu de 0,59 para 0,64, sendo este aumento dado pela elevação do número de pessoas que viviam abaixo da linha de pobreza, que aumentou de 29,5 milhões para 39,2 milhões, passando de 24,8% da população em 1980 para 27,2% em 1990. Enquanto isso, o setor financeiro tinha sua participação na renda nacional elevada de 7,8% em 1980 para 19,5% em 1989.

Gráfico 9 – Índice de Gini – Brasil e contexto internacional



Fonte: FERREIRA (1999, p. 132)

Após crescer de maneira acentuada durante o período compreendido entre 1960 e final de 1970, o índice de Gini voltou a piorar com a hiperinflação que se seguiu ao fracasso do Plano Cruzado, atingindo o pico máximo da série histórica nacional em 1989. A partir dessa data, a década de 90 foi caracterizada por uma diminuição na desigualdade, com uma redução em 1992, e posteriormente com um constante processo de melhora, visto que a economia se encontrava em processo de estabilização com o Plano Real de 1994. Entretanto, o coeficiente de Gini para 1996 foi de 0,58. Um nível semelhante ao do começo da década passada, porém ainda muito elevado em termos internacionais, conforme demonstrado no gráfico 9.

Enquanto isso, a inflação se acelerava, e de uma taxa média mensal de 24,6% no segundo semestre de 1992, a mesma passou a uma taxa média mensal medida pelo IGP-M de 29% no primeiro semestre de 1993. Conforme Souza (2008), José Serra, então líder do PSDB na Câmara Federal, apontou que a prioridade do governo deveria voltar a ser o combate à inflação e como eixo de sua política, via unicamente como solução o corte do gasto público. Na estimativa do PSDB, da receita líquida no valor de US\$ 57,7 bilhões prevista no orçamento

daquele ano, US\$ 20 bilhões deveriam ser cortados, ou seja, 34,6% do gasto total. A história se repete, e mais uma vez é revelado que a inflação brasileira não se podia conter com ferramentas de recessão. Visto que se trata de uma economia com uma distribuição de renda altamente concentrada, os grandes grupos econômicos reagiam a queda da demanda, não com a baixa dos preços, mas com sua elevação. E podiam fazer isso uma vez que além de seu poder de barganha junto ao mercado, também contavam com uma economia com alto grau de concentração de renda, o que permitia a existência de um alto número de consumidores com maior poder aquisitivo (SOUZA, 2008).

Como resultado, o período compreendido entre 1985 a 1992, segundo Pires (2010), foi caracterizado por uma das maiores crises da história independente do Brasil.

Foi em meio a essa instabilidade, que o irmão do presidente, Pedro Collor, indignado com uma tentativa de esmagamento da empresa de comunicação da família, resolveu, em entrevista à revista *Veja* em maio de 1992, denunciar um forte esquema⁶ de corrupção que estava sendo comandado por Paulo Cesar Farias. Esse foi o pretexto para a criação da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) de PC Farias no Congresso Nacional. Posteriormente, a CPI concluiu que Collor “recebeu vantagens econômicas indevidas”⁷, e dessa forma a comissão instaurada na câmara para apreciar seu processo de impedimento aprovou, por 32 votos a 1, o relatório que autorizava a abertura do processo de Impeachment e o consequente imediato afastamento de Collor da presidência do Brasil até a decisão final do processo que ocorreria no Senado.

Em 2 de outubro de 1992, o vice-presidente Itamar Franco assume o poder presidencial no país, e a nação inteira acompanhava os entraves do presidente com seus ministros da área econômica em volta da questão da taxa de juros. Segundo Souza (2008), enquanto a equipe econômica insistia na teoria de que seria necessária a criação de “condições macroeconômicas” para poder baixar os juros, Itamar Franco tratou o assunto de maneira que houvesse espaço para baixar imediatamente os juros, além da medida ser necessária para reativar a economia. Em outubro, quando assumiu, a taxa real de juros atrelada na rolagem da dívida pública projetada para o ano era de 36%; conseguiu diminuí-la para 7% a.a. na média dos cinco primeiros meses de 1993, sendo que em maio a taxa foi negativa (uma taxa Selic de 30,9% contra um valor de IGP-DI de 32,27%). O governo de Itamar Franco tentou dar início a medidas que dinamizariam

⁶ Segundo a entrevista, Paulo Cesar Farias, que foi tesoureiro de campanha de Collor, costumava dizer que dos recursos angariados com o esquema de corrupção, 70% era para Collor e 30% para o próprio PC Farias. Também denunciou que estava recebendo ameaças de morte por parte dos irmãos de PC Farias. (Souza, 2008, p. 215)

⁷ Cf. Hora do Povo, 27 ago. 1992, p.3

o mercado interno, favorecendo a reanimação da economia, com a melhoria da política salarial⁸ e a elevação do gasto público, porém depois de aceitar a indicação de Fernando Henrique para o ministério da Fazenda, terminou se submetendo a seu programa econômico. Em função do desgaste da equipe do Ministério da Fazenda de Itamar, Fernando Henrique Collor acabou exigindo o encerramento da “Agenda Brasil” e assumiu o comando real do governo.

Neste novo contexto, ressurgia mais forte e ameaçadora, com o Plano Real, as medidas de atuação do governo: equilíbrio orçamentário no biênio 1994-1995; sugestões a revisão constitucionais: reforma da Previdência Social, reforma do Estado, privatização dos serviços públicos e de empresas estatais; reforma monetária. No orçamento Geral da União de 1994, foram realizados cortes de mais de 50% das verbas do Ministério do Bem-Estar social, mais de 20% da previdência; 15% da ciência e tecnologia. Enquanto que nos subprogramas da área social, os cortes foram ainda mais profundos: reforma agrária, corte de 116 milhões de dólares; pesquisa fundamental. Além disso, o processo de privatização das empresas estatais iniciado no governo Collor, foi acelerado e estendido para novas áreas, como telecomunicações, geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, mineração estatal.

Como o objetivo não era propriamente reduzir os gastos públicos, mas gerar os superávits primários necessários para o pagamento de juros, além dos cortes mencionando anteriormente nas despesas de custeio, medidas foram tomadas com o propósito de aumentar a arrecadação tributária do governo. Reforçou-se a estrutura da Secretaria da Receita Federal para melhor aparelha-la com vistas ao combate à sonegação e a elisão fiscais, e aumentaram-se em 5% as alíquotas dos impostos federais. Além disso, foi criada a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF). O resultado final desse aperto tributário foi um aumento da carga tributária bruta de 25,3% do PIB para 32,4% em 2002, último ano do segundo governo FHC.

No que diz respeito à reforma do Estado, o governo fixou-se, em um primeiro momento, nas reformas administrativa e da Previdência Social. A ideia da reforma administrativa limitava-se a impedir o crescimento do funcionalismo público. A Previdência Social, por sua vez, foi identificada como o motivo principal do déficit público, a ideia era, basicamente, acabar com as aposentadorias especiais ou restringi-las, aumentar a contribuição dos serviços públicos ativos, institui-la para os inativos, estabelecer novas regras para desestimular as aposentadorias precoces por tempo de serviço dos trabalhadores do setor privado e definir um novo teto, inferior ao então vigente.

⁸ Conforme dados do Ministério do Trabalho, os trabalhadores conquistaram, em média, um ganho real de 8,45% no primeiro semestre de 1993 em relação a igual período de 1992. (SOUZA, 2008, p. 216)

A política dos dois governos do presidente Fernando Henrique preocupou-se, essencialmente, com a estabilidade macroeconômica (SOUZA, 2008, p.304). Seja no período em que a estabilidade monetária baseou-se na “âncora cambial”, seja na fase em que se fundamentou nas metas de inflação, a política macroeconômica, embora tenha logrado manter as taxas de inflação sob controle, o fez à custa de uma piora crescente das finanças públicas, representada pela trajetória ascendente da relação dívida pública, a qual passa de pouco mais de 30%, em 1994, para 50,5%, em 2002.

O padrão de crescimento era baixo, resultando em uma taxa média de crescimento de PIB de 2,4%, no primeiro governo FHC (1995-1998), e 2,1% no segundo mandato, sendo que houve elevação na taxa de desemprego que, depois de uma pequena queda entre 1993 e 1995, voltou a crescer.

Na medida em que a vulnerabilidade externa e a deterioração das contas públicas se aprofundaram, em decorrência da política de manutenção da estabilidade monetária com base nas elevadas taxas de juros e na apreciação cambial, a resposta do governo foi um aperto fiscal e monetário cada vez maior, derrubando as taxas de crescimento e, conseqüentemente, elevando as taxas de desemprego (SOUZA, 2008).

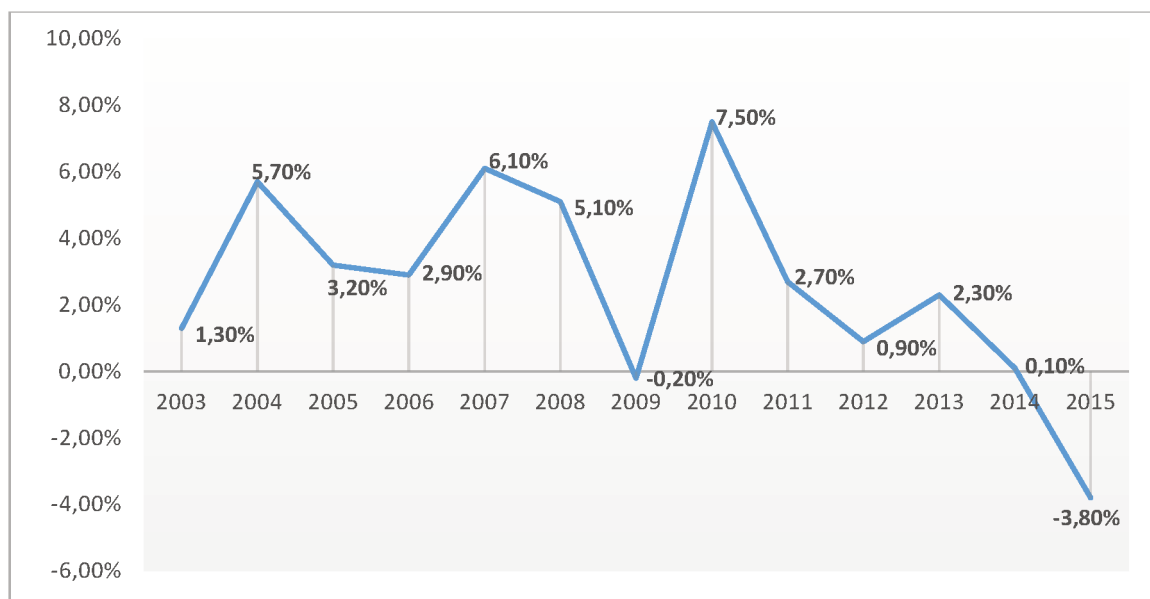
2.3 GESTÃO PETISTA

Dilma Rousseff chega à presidência da república em 1 de janeiro de 2011, após derrotar o candidato José Serra, do PSDB, no segundo turno das eleições de 2010, com 56,05% dos votos válidos. O período é marcado com um fato histórico, visto que Dilma se torna a primeira mulher a chegar ao cargo mais alto do poder executivo do país. Dilma Rousseff já tinha sido integrante da equipe do Governo Lula como Ministra de Minas e Energia e, posteriormente, Ministra-Chefe da Casa Civil do Brasil, e era a sucessora indicada ao governo pelo próprio ex-presidente Lula.

No decorrer dos primeiros dois anos de mandato, houve um contexto internacional adverso, onde segundo Cagnin et al. (2013) o governo da presidente Dilma Rousseff obteve resultados econômicos positivos no tocante à redução do diferencial entre as taxas de juros doméstica e internacional, a obtenção de uma taxa de câmbio mais competitiva, a diminuição da dívida líquida do setor público, e a queda da taxa de desemprego. No entanto, o ritmo de crescimento do PIB recuou de 7,5%, em 2010, para 0,1%, em 2014. Conforme segue no gráfico 10, em 2012, a elevação do PIB foi de somente 0,9%, valor bem abaixo das expectativas do

Ministério da Fazenda que apontavam para a faixa de 4%. Era de se esperar que os efeitos das medidas econômicas adotadas fossem menos expressivos em 2012, visto o forte crescimento ocorrido nos anos anteriores, principalmente no tocante aos bens de consumo duráveis.

Gráfico 10 – Variação percentual do PIB de 2003 a 2015 (%)

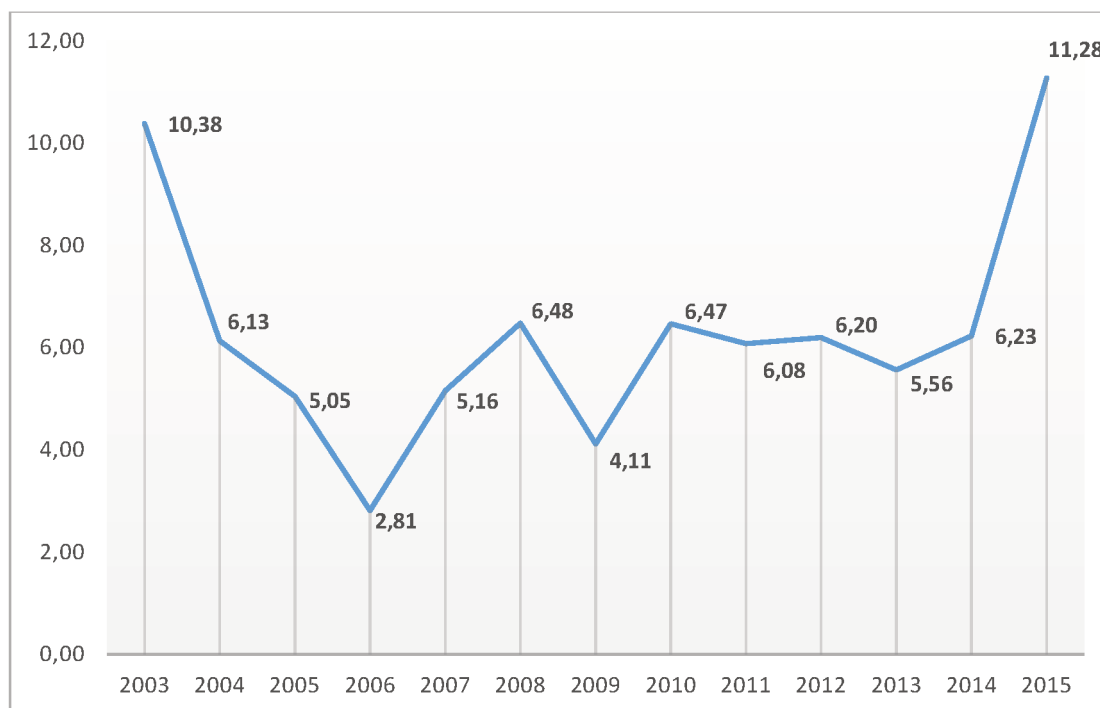


Fonte: IBGE (2016) – Elaboração própria

A aceleração da inflação e o elevado endividamento das famílias, cuja inadimplência manteve-se em patamar considerado elevado pelos bancos, também foram fatores que contribuíram para a baixa eficácia das medidas econômicas impostas pelo governo. Somou-se isso a uma fonte de incerteza que advinha da própria ação do governo, sendo que a medida que anúncios de desoneração fiscal a determinados setores da economia passaram a ser uma rotina da política econômica, alguns empresários acabaram preferindo adiar seus projetos de investimento e intensificar suas pressões junto ao governo para tentar obter algum benefício fiscal antes de tomar a decisão de investimento (CAGNIM et al., 2013).

No que diz respeito à evolução dos preços, conforme demonstrado pelo gráfico 11, as pressões inflacionárias do segundo semestre de 2012 estenderam-se para o início de 2013, sendo que boa parte dessa pressão era causada pela elevação dos preços de alimentos, que foram afetados principalmente pela seca nos Estados Unidos e no Brasil. Segundo Cagim et al. (2013), esses fatores cíclicos somaram-se a uma inflação do preço médio de serviços e de bens não comercializáveis, e assim, cresceram as pressões populares e institucionais exigindo a ratificação do compromisso do Banco Central em combater à inflação.

Gráfico 11 – Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC - de 2003 a 2015



Fonte: IBGE (2016) – Elaboração própria

O processo de redução dos juros adotado pela Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil, em conjunto com o discurso da presidente Dilma Rousseff no dia 1º de maio de 2012, cobrando alterações de postura por parte dos bancos privados em relação aos elevados juros e *spreads* bancários, sinalizavam que ocorreriam mudanças nas relações entre o sistema financeiro e o Estado brasileiro. Dessa forma, Pinto e Teixeira (2012) colocam que, as recentes mudanças nas relações entre o setor bancário-financeiro e o Estado brasileiro não podem ser entendidas apenas como um modo de governar exercido pela presidente Dilma, mas são resultado de uma série de mudanças que já estavam em curso no Brasil e no mundo, propiciando ao Estado maior autonomia relativa diante das frações de classes.

A política determinada de acúmulo de divisas externas, segundo Pinto e Teixeira (2012) possibilitou que ocorressem as medidas anticíclicas de combate à crise internacional, evidenciando a redução das restrições externas do país. Dessa forma, para os autores, reduziu-se o poder dos mercados financeiros em questionar a orientação da política econômica nacional por meio de saídas abruptas de capital. Até mesmo porquê no plano político e ideológico, a crise internacional que se alastrou em todo o mundo, desgastou a imagem da teoria econômica ortodoxa, que tinha como premissa a ideia de que mercados financeiros livres, associados a

Bancos Centrais independentes poderiam se tornar mecanismos mais eficientes em promover o bem-estar social.

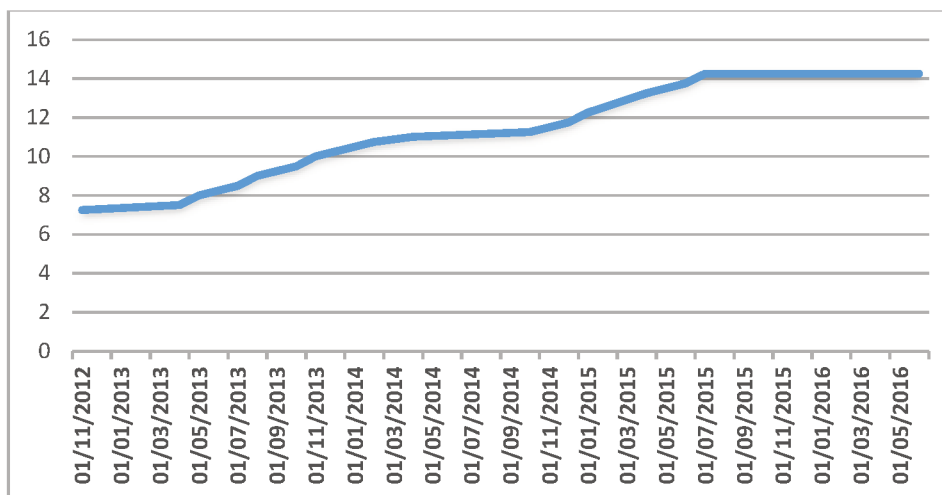
As modificações ocorridas nas relações entre o sistema financeiro nacional e o Estado brasileiro ficaram mais intensas no governo Dilma e expressaram a ruptura da supremacia do segmento bancário-financeiro no bloco de poder. Isso, entretanto, não implica em dizer que o segmento irá deixar de obter elevadas taxas de lucro, porém agora o setor já não tem a capacidade de alcançar seus objetivos passando por cima de interesses dos demais segmentos do bloco no poder e que agora tem menor influência na condução do padrão de acumulação brasileiro (PINTO; TEIXEIRA; 2012, p. 935).

A taxa Selic, entretanto, foi mantida em 7,25% a.a. até final de março de 2013, decisão essa que contribuiu para não abortar a sutil aceleração do crescimento que ocorreu no final de 2012. Se a manutenção da taxa básica de juros e as medidas de desoneração fiscal indicavam a permanência da coordenação entre Banco Central e Ministério da Fazenda, a evolução da taxa câmbio do real indicava que os dilemas de política macroeconômica tinham piorado.

Segundo relatórios do IBGE, entre novembro de 2012 e março de 2013, o Banco Central do Brasil deixou a taxa de câmbio passar de R\$ 2,10 para R\$ 1,95. Esse movimento se contrariava com os objetivos reconhecidos pelo governo federal, de elevar a competitividade do produto brasileiro tanto no mercado doméstico como no mercado internacional, e de promover a recuperação da indústria. O possível conflito entre os objetivos da política cambial foi, entretanto, contornado pela inversão da tendência de alta da taxa de câmbio a partir da metade do ano, quando o real e a maioria das moedas emergentes voltaram a se depreciar frente ao dólar.

Não apenas a aceleração do índice de inflação, mas também a difusão dos aumentos de preços entre os itens que o compõem, justificaram a decisão da autoridade monetária (Copom), que a partir de abril de 2013, dá início a uma nova fase de elevações graduais da taxa básica de juros, conforme Gráfico 12. Nesse momento, segundo Cagnin et al. (2013) um novo período da gestão macroeconômica é iniciado, sendo que o combate à inflação retornou a lista de principais prioridades do governo.

Gráfico 12 – Trajetória taxa SELIC de outubro de 2012 a junho de 2015



Fonte: Banco Central do Brasil (2016) – Elaboração própria

Desde 2006 a economia brasileira entrou em um novo regime de crescimento econômico, esse foi guiado pela demanda de mercado nacional e internacional, no qual as políticas de distribuição de renda e o crescimento do mercado interno, com a incorporação de grande parte da população antes excluída do consumo de massas, tiveram papel essencial. Entretanto, os limites ao modelo de crescimento baseado no mercado interno e na redistribuição da renda mostraram-se claros. O que se destaca, conforme apontado por Pinto e Teixeira (2013) é um crescimento com a elevação do consumo das famílias, mas sem dinamismo industrial, o que acabaria limitando a pauta exportadora e levando a economia para a especialização regressiva da estrutura produtiva. O setor privado, principalmente caracterizado aqui pela indústria de transformação, seguiu exibindo números decepcionantes em produção física e crescimento do PIB, trazendo à tona diversos debates sobre a desindustrialização.

3 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS CENÁRIOS ECONÔMICOS

No período que antecedeu o golpe de 1964, segundo Abreu (1990), a economia sofreu com a queda do ritmo da atividade econômica. Uma taxa de crescimento negativa do setor industrial, aliada a um baixo crescimento do PIB, conforme dados da tabela 06, foram cruciais para a crise que se instaurava. Crise essa que pode ter sido precipitada, pois segundo Souza (2008) “a instabilidade do governo Jânio e a impossibilidade inicial de Jango governar [...] impediram a manutenção dos investimentos públicos no nível sustentado por JK e não deu a tranquilidade necessária aos investimentos privado.” (SOUZA, 2008, p. 49).

A taxa de crescimento do PIB, que já caíra de 8,6% em 1961 para 6,6% em 1962, baixou para apenas 0,6% em 1963, levando à queda do PIB per capita. Além disso, segundo Souza (2008), as políticas anti-inflacionárias adotadas haviam cortado o nível de investimentos públicos e encarecido o crédito, provocando o encolhimento da demanda.

Por outro lado, conforme Abreu (1990), o padrão nacional-desenvolvimentista que vinha surgindo no Brasil exigia a redução dos salários dos trabalhadores, no entanto, as lutas sindicais que vinham acontecendo, somadas à existência de um governo favorável à melhoria das condições de vida dos trabalhadores, bloqueava a redução do nível real de salários. O resultado disto foi a impossibilidade da redução salarial em 1963, o que impactou em queda da taxa geral de lucro da economia. Assim, com uma elevação de 47% da inflação em 1963 e com uma diminuição da taxa de lucro, ficou impossibilitado o cálculo econômico por parte dos empresários, que ficaram sem saber o que estava por vir e postergaram a decisão de investimento de longo prazo no país. Por consequência, houve a transferência de recursos para o exterior, que combinado com a queda da taxa de lucro levaram à uma redução do investimento, sendo que a taxa de formação bruta de capital fixo caiu de 21,34% em 1962 para 20,95 em 1963, e para 19,94% em 1964 (SOUZA, 2008, p. 51).

A conturbação política que estava ocorrendo antes do golpe militar de 1964, bem como o comportamento das variáveis econômicas como inflação, taxa de crescimento e de investimento, apresentam possíveis semelhanças com o atual momento político e econômico que o Brasil vivencia em 2016. Dados atuais, conforme tabela 07, mostram como a taxa de investimento vem diminuindo ao longo dos últimos anos, enquanto se eleva a inflação.

Tabela 7 - Crescimento e Inflação – Brasil – 2011 a 2015

ANO	Taxa de investimento	IPCA*	Taxa de Crescimento PIB (%)
2011	20,60	6,50	2,70
2012	20,71	5,84	0,90
2013	20,94	5,91	2,30
2014	20,18	6,41	0,10
2015	18,18	10,67	-3,80

Fonte: IBGE (2016) – Elaboração própria

* Medida representativa da inflação

Em 1963, as empresas estrangeiras não apenas reduziram drasticamente seus investimentos no país como também intensificaram suas remessas para o exterior. Assim, o investimento direto reduziu de US\$ 108 milhões em 1961 para US\$ 69 milhões em 1962, US\$ 30 milhões em 1963 e US\$ 28 milhões em 1964, enquanto que a remessa de lucro por sua vez aumentou de US\$ 15 milhões em 1962 para US\$ 147 milhões em 1963 e US\$ 192 milhões em 1964. Sendo que por fim com a queda da taxa de investimento, ocorreu a redução da atividade econômica (SOUZA, 2008, p. 52).

Incorporando este fato econômico e histórico ocorrido na economia brasileira, pode-se perceber como ocorre a fuga de capitais em face do descontrole nacional sob as variáveis macroeconômicas. Atualmente, a remessa de lucros e dividendos das empresas estrangeiras instaladas no Brasil vem se elevando de maneira significativa. Uma nota técnica⁹ publicada pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) mostra que o volume de recursos enviado ao exterior totalizou US\$23,8 bilhões, em 2013, com aumento de 107% em relação a 2006.

No passado, com o advento do regime militar, deu-se início um processo para criar condições institucionais que, segundo Souza (2008), permitiriam o desenvolvimento de um “novo” padrão econômico, que tinha como característica básica a maior abertura ao capital estrangeiro. Entre as primeiras medidas estavam as de combate à inflação e as de recuperação da confiança dos empresários, afim de elevar a taxa de investimento, particularmente das empresas estrangeiras. Também foram planejadas medidas destinadas a recuperar as condições de lucratividade empresarial. Na política fiscal, ao mesmo tempo em que o governo adotou medidas que visavam a elevação da receita pública, o governo também atuou na contenção de

⁹ Nota técnica nº 137 de Junho de 2014, DIEESE.

seus gastos, o que resultou numa elevação da receita pública em 25% em 1965 e na redução do déficit público (SOUZA, 2008).

Para atuar frente ao combate da inflação, o governo conteve o nível de salários, desarticulando os mecanismos de defesa das condições de vida dos trabalhadores. Segundo Souza (2008), as primeiras providências do novo governo foram com relação à repressão ao movimento operário, e um endurecimento da legislação trabalhista. Que deu fim ao direito de greve, eliminou a estabilidade do emprego e instaurou a contenção salarial.

Por mais que possa ser tratada como uma medida de combate à inflação, visto que força a diminuição da demanda, a nova política trabalhista na realidade tinha como principal objetivo o aumento da taxa de lucro, e segundo Souza (2008), a criação de um “ambiente de confiabilidade” que se mostraria interessante para atrair maiores investimentos estrangeiros.

Nos anos seguintes, conforme dados da Tabela 8, as novas medidas resultaram em uma rápida mudança no tocante à inflação, levando a diminuição de seu índice já a partir de 1965.

Tabela 8 – Produto e inflação, 1964 – 1968

Ano	Crescimento do PIB (%)	Crescimento Industrial (%)	Taxa de Inflação (%)
1964	3,4	5	91,8
1965	2,4	-4,7	65,7
1966	6,7	11,7	41,3
1967	4,2	2,2	30,4
1968	9,8	14,2	22,0

Fonte: Abreu, M. M. (ORG.). A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana – 1889 – 1989. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

Já no período que se estende de 1968 até 1973, houve uma expansão acelerada da economia brasileira, sendo que de 1968 a 1970 o PIB cresceu a uma taxa média de 10%, e de 1971 a 1973 o PIB cresceu a uma taxa média anual próxima de 13% (SOUZA, 2008, p. 76). Essa elevação, segundo Souza (2008) se deu basicamente pelas novas características nacionais, podendo ser destacado o nível de investimento das empresas estatais, as medidas protecionistas adotadas, o processo de substituição de importações, os mecanismos oficiais de financiamento de empresas nacionais e o desenvolvimento do mercado interno.

Dadas as condições favoráveis da economia brasileira a partir de 1968, os capitais estrangeiros, impulsionados pela formação de capitais excedentes no centro, voltaram a adentrar no Brasil sob a forma de investimento direto, que se elevou de US\$ 54,2 milhões em

1962-1966 para US\$ 106 milhões em 1967-1970, e sob a forma de empréstimos e financiamentos, que cresceram de uma média de US\$ 318,8 milhões no primeiro período para US\$ 714 milhões no segundo (SOUZA, 2008). Dessa forma, a entrada de capital estrangeiro em um primeiro momento contribuiu para elevar o potencial de acumulação da economia.

O Crescimento do PIB, segundo dados do IBGE (2016), alcançou 9,5% em 1969; 11,3% em 1971; 10,4% em 1972 e 11,4% em 1974. Uma combinação de facilidade de importações, política creditícia expansionista, aumento do investimento público e fim da capacidade ociosa (a utilização da capacidade de produção industrial elevou-se de 76% em 1967 para 93% em 1971, atingindo 100% em 1972-1973) acabam explicando esse crescimento, denominado de “milagre brasileiro” (SOUZA, 2008, p. 76).

Analizando a atual conjuntura política e econômica brasileira, um dos problemas aparentes que se coloca no caminho da expansão do produto interno brasileiro é a inflação, sendo que com o afastamento da presidente do Brasil, Dilma Rousseff, em 2016, espera-se que tenha um aumento do índice, visto a instabilidade gerada na expectativa dos agentes econômicos e conforme outras experiências que ocorreram na história brasileira estudada, como o processo de ingovernabilidade política que vinha sofrendo João Goulart e posteriormente o descontrole ocorrido no governo com o impeachment de Fernando Collor em 1992.

A taxa de crescimento negativa do PIB observada em 2015 (-3,8%), reflete retrações em praticamente todos os setores da economia, com destaque para a Formação Bruta de Capital Fixo, que apresentou queda de 14,1% no ano, revelando o resultado direto da falta de confiança dos investidores quanto a decisão de investimento no país. Sendo que para a coordenadora de Contas Nacionais do IBGE, Rebeca de La Rocque (2016), a retração de 3,8% na economia brasileira em 2015 é reflexo da situação econômica do país, que tem deterioração do quadro de emprego e renda, altas taxas de juros e inflação, e retração do crédito.

Como a queda da taxa de formação bruta de capital fixo impacta diretamente no nível de investimentos da economia, sua diminuição faz com que também se diminua o nível de empregos, bem como a renda nacional, assim, se fazem necessárias ações que elevem a receita pública e contenham as despesas do governo, sendo que a obtenção de um menor déficit fiscal pode contribuir para a retomada de confiança por parte dos investidores, como observado no início do regime militar. Segundo Abreu (1990, p. 218), o déficit do governo, como proporção do PIB, que era de 4,2% em 1963, já em 1964 diminuía para 3,2%, em 1965 caía para 1,6% e, em 1966, para 1,1%, o que se refletiu em uma maior confiança dos agentes, que por sua vez elevaram o investimento e fizeram com que a taxa de crescimento industrial atingisse uma taxa de crescimento de 11,7% em 1966.

Pode-se perceber que a mudança na gestão presidencial que ocorreu no país em 1964 representou grandes mudanças no tocante a políticas de controle econômico, visto que além das medidas fiscais, também foram adotadas políticas monetária e creditícias restritivas, afim de diminuir o excesso de demanda na economia e por consequência diminuir o índice de inflação. Enquanto que em 1964 as medidas restritivas parecem ter sido ajustadas para a contenção da demanda com projeção de crescimento, no período posterior ao Impeachment de Collor, pelo menos até 1994, a política restritiva que visava contenção da inflação só se fizera sentir sobre o desempenho do PIB, sendo que, reforçado pelo advento da crise externa que acontecia, o período ficou caracterizado pela estagnação do nível de atividade econômica, por severos desequilíbrios macroeconômicos e pela manutenção da hiperinflação. Isto nos permite entender que dependendo das variáveis conjunturais, medidas econômicas afins podem ter efeitos adversos nos níveis de produto, renda, emprego e inflação.

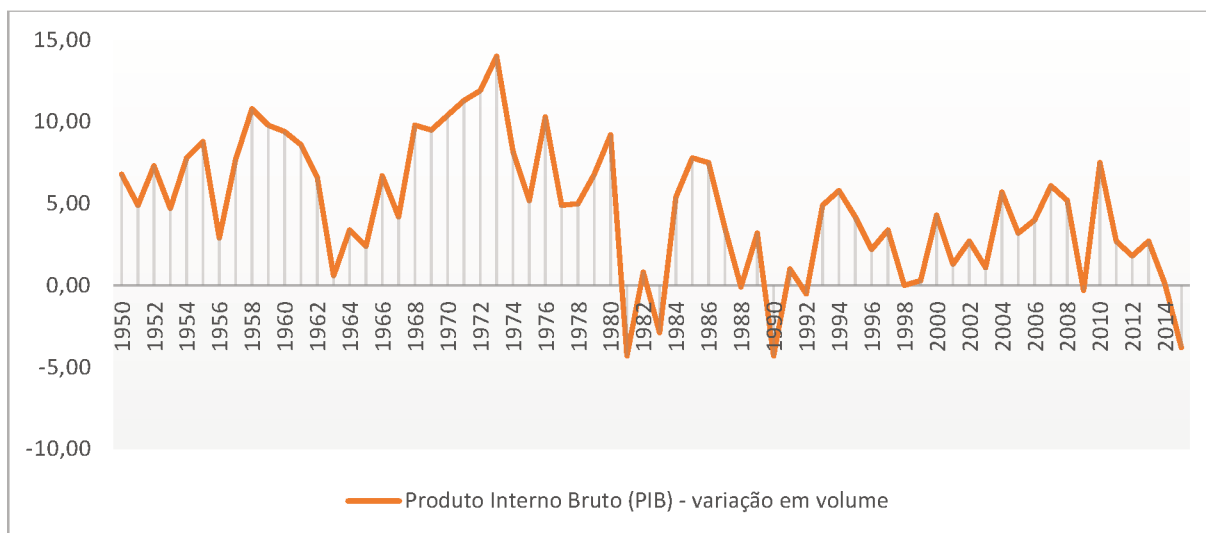
Sendo assim, nos dias atuais, é necessário por parte do governo um ajuste fiscal que consiga diminuir o déficit público, que assim como em 1964, possa reaver a confiança do investidor no Brasil, para que se reestabeleçam os investimentos produtivos e assim se fomente a geração de empregos. Políticas monetária e de crédito restritivas, devem ser bem utilizadas afim de não comprometer a decisão de investimento das empresas, e assim como no governo Collor, é importante que se tenha uma política de contenção da demanda para que não se perca o controle do nível de preços. Assim o ideal seria que houvesse diminuição na taxa Selic ao longo dos próximos anos, com monitoramento dos preços, afim de se incentivar a tomada de crédito para investimento e diminuir o incentivo ao indivíduo que aplica no mercado financeiro, para que assim a taxa de investimento volte a se elevar, contribuindo para a geração de riqueza, empregos, e consequentemente com a elevação do PIB e PIB per capita.

Durante a gestão de Fernando Collor, entre 1990 a 1992, o crescimento do PIB ficou comprometido em decorrência dos planos econômicos impostos. Conforme dados do IBGE (2016), a variação média do PIB durante sua gestão foi de -1,27%. Pode-se observar, conforme gráfico 14 que foi a maior queda no PIB dos três períodos estudados, chegando a uma taxa de crescimento do PIB negativa, de -4,30%, em 1990. Por sua vez, o PIB per capita também apresentou queda de 8,36% no período de 1990 a 1992 (SOUZA, 2008, p. 208).

O plano Collor impôs mudanças extremas na economia brasileira, visando a maior inserção do país no comércio internacional. Segundo Lanzana (2008, p. 118), o programa procurava, no curto prazo, derrubar a inflação por meio das seguintes medidas:

- a) Ajuste fiscal profundo, que elevasse o resultado operacional de -6,9% do PIB (1989) para +1,3% (1990). Para isso aumentou-se substancialmente os impostos, houve atraso de pagamentos ao setor privado e redução dos salários do funcionalismo.
- b) Contração monetária, com bloqueio de ativos financeiros, US\$ 110 bilhões bloqueados de um total de US\$ 150 bilhões.
- c) Desindexação, com a adoção do câmbio flutuante, livre negociação de salários, congelamento de preços e posterior liberalização.

Gráfico 13 - Produto Interno Bruto (PIB) - Variação em volume % de 1950 a 2014



Fonte: IBGE (2016) – Elaboração própria

Segundo Lanzana (2008), a médio e longo prazos, o objetivo era internacionalizar a economia brasileira, reduzindo a proteção à produção doméstica, privatizando empresas estatais e aumentando a eficiência do Estado, com uma política de atração de capital externo de risco.

Como resultado, verificou-se que a inflação caiu de 84% para cerca de 10% em maio de 1990 e depois voltou a subir até atingir 20% em janeiro de 1991 (ver gráfico 7, p. 31).

Com base nisto, pode-se dizer que os resultados esperados para o controle da inflação durante a gestão Collor não foram alcançados, em função de pressão para liberação de moeda na economia, falta de ajuste fiscal nos estados e municípios e conflito distributivo por causa da recessão. Além disso, o congelamento de preços e salários ocorridos em 1991, só ajudou a forçar ainda mais a pressão inflacionária, que teve aumento acima de 200% em 1992 (ver tabela 6, p. 28).

Segundo Rezende:

“As reformas econômicas radicais impostas pelo plano Collor, não possuíam nem a consistência, nem a dimensão de um programa de política econômica suficientemente capaz de resolver os macroproblemas da realidade brasileira, a saber, a domesticação dos índices inflacionários; a retomada do crescimento econômico; a melhor redistribuição de renda interna; e o equilíbrio das contas públicas.” (REZENDE, 2002, p. 186)

Aliado a isso, dadas as facilidades de importação viabilizadas pela adoção às prerrogativas do Consenso de Washington, produtos estrangeiros passaram a inundar o mercado nacional, inibindo a produção industrial brasileira, que já tinha sido penalizada pela redução da demanda agregada interna (REZENDE, 2002). Assim as medidas acabaram contribuindo para a diminuição da atividade econômica e a elevação da taxa de desemprego que se elevou de 11,6% em 1991 para 14,9% em 1992 (ver tabela 6, p. 28).

Atualmente, a economia brasileira também vem obtendo aumento na taxa de inflação e elevação do desemprego, sendo que segundo dados do IBGE (2016), no trimestre móvel que se encerrou em abril de 2016 o índice de desemprego chegou à 11,2%. Dessa forma, se faz necessário por parte do governo ajustes, que possam contribuir para a recuperação desses índices, caso contrário a economia brasileira poderá experimentar “sintomas” muito parecidos com os da década perdida de 1980, como: desemprego, queda do consumo, aumento da dívida externa, diminuição do PIB e aumento de inflação.

A mudança de gestão presidencial ocorrida em 2016 no Brasil, mesmo que caracterizada como temporária visto que o processo de impeachment de Dilma Rousseff ainda não foi finalizado durante a construção deste trabalho, pode trazer novas perspectivas à economia brasileira, assim como nas mudanças ocorridas com o golpe de 1964 e o impeachment de Collor em 1992. Se fossem colocadas em prática nos dias atuais, algumas das ações do PAEG, e das reformas impostas por Collor, como a contenção do gasto público e/ou diminuição do nível de salários, a taxa de inflação já poderia ter uma maior contenção, como ocorreu em 1965, visto que o governo desta maneira não estaria elevando a demanda agregada. Entretanto, alterações na legislação trabalhista, afim de elevar a taxa de lucro, são de difícil implementação, ainda mais quando tendem a retirar algum benefício do trabalhador ou diminuir sua renda.

É importante lembrar que no período que antecedeu o regime militar, um déficit governamental foi causado por um ajuste salarial maior que o planejado para o período, fazendo com que o déficit real do governo saltasse para quase o dobro de seu valor, o que foi contrabalanceado pelo aumento da carga tributária, que supriu o déficit do governo. Já na atual gestão presidencial em 2016, negociações importantes no cenário do funcionalismo público

vêm acontecendo, com previsão de gasto na ordem de R\$ 50 bilhões de reais com reajustes de salários dos servidores da União, enquanto que o governo promete não elevar os impostos. Com isso, a contenção de gasto público e a consequente diminuição no déficit público fica comprometido, visto que a situação elencada acima, aliada ao fato de que o novo governo assume o Brasil em ano de Olimpíadas Mundiais, não permite uma maior contenção de gasto público. Historicamente o que acontece nessa situação é a fuga de capitais, e o desinvestimento, que ocasionam menor atividade da indústria e por consequência menor PIB. Sendo que como *proxy* para a atividade econômica, pode ser adotado o Índice de Atividade Econômica, que segundo informações do Banco Central (2016) é utilizado para tentar antecipar o resultado do Produto Interno Bruto.

O Índice de Atividade Econômica (IBC-Br)¹⁰ registrou uma diminuição de 1,44% no primeiro trimestre deste ano, em comparação com os três últimos meses de 2015, demonstrando que caíram as expectativas dos agentes quanto ao nível de produção e geração de estoques, e assim, como a confiança dos investidores leva um tempo maior para se reestabelecer, a capacidade de crescimento do PIB fica comprometida. Diminuindo a expectativa quanto ao crescimento da indústria e do PIB, e a despeito dos outros períodos estudados, se espera com essa falta de confiança uma elevação na taxa de desemprego, e por consequência uma elevação da inflação e diminuição do PIB per capita.

Abaixo, será indicado um quadro resumo com as principais variáveis dos períodos, bem como as principais medidas que foram adotadas em cada período de ruptura institucional, afim de ao longo do final do capítulo 3 descrever quais os resultados foram alcançados e projetá-los para o Brasil.

Quadro 1 – Medidas adotadas em períodos pós-ruptura institucional

Variáveis	Medidas adotadas após Golpe de 1964	Medidas adotadas após Impeachment de Collor
Crescimento Inflacionário	- Controle do déficit governamental, com corte de despesas não prioritárias e racionalização do sistema tributário	- Adoção de política econômica conservadora afim de promover ajustes nas contas do setor público

¹⁰ O IBC-Br, segundo informações do Banco Central, incorpora estimativas para a agropecuária, a indústria e o setor de serviços, assim como os impostos sobre os produtos. É, portanto, um indicador que incorpora a trajetória de variáveis consideradas como proxies (medidas aproximadas de outras) para o desempenho dos três principais setores da economia.

	<ul style="list-style-type: none"> - Crescimento dos salários reais proporcional ao aumento da produtividade e à aceleração do desenvolvimento (Impactando em Arrocho Salarial) - Política de crédito a empresas suficientemente controlada para impedir os excessos da inflação de procura, mas realista para adaptar-se à inflação de custos 	<ul style="list-style-type: none"> - Elevação das taxas de Juros no governo de FHC, frente a baixa repentina estipulada por Itamar Franco - Forte arrocho nos estados e municípios (programa de austeridade), renegociação de dívidas mediante exigências - Âncora cambial: aumentar a oferta de produtos importados afim de incentivar a concorrência e diminuir preços internos
Baixo Crescimento do PIB	<ul style="list-style-type: none"> - Aumento da taxa de Lucro, principalmente via arrocho salarial - Aumento da captação em poupança externa a partir de 1967 	<ul style="list-style-type: none"> - No governo Itamar: Reanimo do crescimento com baixa na SELIC, elevação das taxas de lucro e investimento e utilização da capacidade ociosa da indústria. - Contenção da inflação afim de melhorar confiança do investidor e assim atrair investimentos (CSI) -
Déficit governamental	<ul style="list-style-type: none"> - Política Fiscal restritiva com: Contenção das despesas governamentais - Aumento da arrecadação (elevação de impostos) 	<p>FHC:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Programa Reforma Brasil, programa que realizou uma série de privatizações, afim de conter o “rombo” nos cofres públicos - Reforma na previdência social, alterando o tempo de serviço por um tempo mínimo de contribuição
Carga Tributária	<ul style="list-style-type: none"> - Aumento da carga tributária afim de melhorar o déficit governamental 	<ul style="list-style-type: none"> - Aumento da carga tributária afim de melhorar o déficit governamental
Baixa Taxa de Investimento	<ul style="list-style-type: none"> - Elevação da taxa de lucro - Utilização da capacidade ociosa industrial - Crédito incentivado ao setor produtivo (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Banco do Brasil) 	<ul style="list-style-type: none"> - Elevação da taxa de lucro - Diminuição da taxa SELIC - Diminuição da carga tributária em 1993 para reanimar a economia - Utilização da Capacidade ociosa industrial
Concentração de Renda	<ul style="list-style-type: none"> - Diminuições consecutivas do salário real durante os primeiros anos do regime militar afim de contribuir para o ajuste do déficit público e elevação da taxa de lucro 	<ul style="list-style-type: none"> - Após FHC assumir: correções salariais sempre menores que a inflação, como medida de contenção da mesma

Fonte: Elaboração própria (2016)

Quanto ao crescimento da taxa de inflação, pode-se dizer que após a instauração do regime militar a taxa de inflação se manteve pelo menos durante a década de ruptura institucional sob controle, visto que a nova política salarial arrochou os salários e constituiu-se

como um dos elementos fundamentais da política de combate à inflação. O arrocho salarial também foi utilizado por Fernando Henrique Cardoso para tentar diminuir a inflação que vinha se alastrando desde antes da eleição de Collor, essa política macroeconômica, embora tenha surtido efeito quanto ao fato de deixar a taxa de inflação sob controle, o fez à custa de:

- a) Piora crescente das finanças públicas, representada pela trajetória ascendente da relação dívida pública /PIN, a qual passa de pouco mais de 30% em 1994, para 50,5% em 2002.
- b) Crescente vulnerabilidade externa e recorrentes crises no balanço de pagamento, que levaram o país a recorrer ao FMI novamente em 2001 e 2002, sendo que a dívida externa saltou de US\$ 148,3 bilhões para 227,7 bilhões de dólares. (SOUZA, 2008, p. 304)

Porém atualmente, qualquer alteração no nível de salários da população que vise a diminuição da renda real, para conter a demanda e diminuir a inflação, será tratado com protestos, greves e terá forte apoio popular, visto as recentes conquistas que o povo brasileiro vem tendo nos últimos anos no que tange a renda e visto que a alta recente da inflação já está corroendo o poder de compra da população. Uma solução e possível medida que fica a cargo do governo é o reajuste e aumento proposto aos servidores públicos. Aqui o governo pode agir exigindo de estados e municípios a contenção, ou pelo menos um parcelamento de ajustes salariais, como uma contrapartida pela renegociação de dívidas com o executivo federal, da mesma maneira como esse último pode conter a pressão nos preços revendo alguns reajustes propostos para parte do corpo funcional de servidores federais.

O corte dos gastos públicos é outro fator fundamental para a retomada de confiança por parte de investidores internos e estrangeiros no país, porém essa diminuição dos investimentos públicos deve ser alocada em áreas que não comprometam a população ou seu desenvolvimento. A máquina estatal tem de achar um jeito de se reinventar e diminuir seus custos, para que os investimentos em setores que abrangem a maioria da população, como: saúde, educação, assistência social e previdência, não sejam prejudicados. Assim como no período que sucedeu a segunda ruptura institucional, no Brasil hoje uma das principais propostas para conter o déficit público é novamente fazer alterações na previdência social. De acordo com Henrique Meirelles em entrevista prestada ao portal G1, em 15/06/2016: “A reforma da Previdência é parte importante para que não se force a diminuição desproporcional de outras despesas [...] como evitar que se crie desequilíbrios futuros no orçamento com o

crescimento maior de algumas despesas em relação a outras”. Porém para diversos autores, assim como para Eduardo Fagnani¹¹, a previdência social não tem déficit.

Nos dois processos de ruptura institucional elencados no trabalho, o corte de gasto público se deu justamente nestes setores, implicando em prejuízos a sociedade, principalmente a mais carente, impactando inclusive em aumento da desigualdade social.

Caso não seja possível via contenção de despesas ou de salários, a colaboração para a diminuição do déficit público pode se dar pela elevação de tributos, uma medida possível e que já foi utilizada durante o Regime Militar que contribuiu para a readequação da situação de déficit público. Porém, não caberia somente uma elevação nas cobranças, mas sim uma reformulação do sistema para cobrar de maneira mais justa esse excedente necessário. Dessa forma, poderiam ser taxadas grandes fortunas, os lucros e dividendos recebidos por Pessoa Jurídica, e novas faixas de tributação poderiam ser criadas no imposto de renda que incide diretamente sob os salários.

A baixa taxa de investimento, por sua vez, necessita de maiores incentivos para seu desenvolvimento. A expectativa dos agentes vai influenciar diretamente esta variável e historicamente seu aumento se deu com utilização da capacidade ociosa na indústria, com incentivos principalmente creditícios, com taxas de juros menores ou até subsidiadas para a compra de matéria-prima e bens de capital. Assim, se esperam medidas do novo governo que fomentem a atividade industrial e contribuam para a elevação do PIB. Nos dois processos de ruptura institucional, a elevação da taxa de lucro se deu com as medidas de arrocho salarial, porém, como comentado anteriormente, esta medida não seria possível nos dias atuais.

Quanto à baixa taxa de crescimento do PIB, sabe-se que historicamente esta reversão foi feita na primeira ruptura com o aumento da taxa lucro, advindo da diminuição dos salários e da atração de capitais estrangeiros. Enquanto que, após o segundo processo de ruptura, a elevação da tributação, a diminuição do déficit público e o processo de desestatização foram os grandes mobilizadores do crescimento.

Atualmente, como medidas para o desenvolvimento do PIB, assim como no regime militar é necessária uma elevação da taxa de lucros, que poderia advir de uma negociação por parte do governo com o corpo do funcionalismo federal, afim de negociar o reajuste de salários. Poderiam também ser cogitadas alterações na legislação trabalhista, afim de diminuir a quantidade de encargos necessários à contratação de trabalho formal. Como medida para

¹¹ Eduardo Fagnani é professor do Instituto de Economia da Unicamp, pesquisador do Centro de Estudos Sindicais e do Trabalho (CESIT) e coordenador da rede Plataforma Política Social.

atração de confiança estrangeira o país teria que readequar suas contas públicas, assim diminuiria o dispêndio do dinheiro público e além de atrair poupança estrangeira, ainda poderia fomentar a formação da poupança privada e pública.

Mesmo com metas de inflação, se as medidas fossem ajustadas pelo governo, provavelmente seria possível pequenas diminuições na Taxa Selic. O que iria fomentar a atividade econômica e diminuir os encargos do tesouro nacional com juros da dívida pública.

No último relatório World Economic Outlook, divulgado em 19 de janeiro de 2016, o FMI apontou para diminuição de perspectivas quanto a evolução da economia brasileira para este ano. A previsão da entidade indica que somente após 2017 a economia terá condições de apresentar taxas de crescimento do PIB positivas. Está prevista pelo mesmo relatório uma queda de 3,5% no PIB brasileiro em 2016, sendo que a última previsão, realizada em outubro de 2015, apontava para uma contração de 1,0% do PIB brasileiro. Sendo que para o ano de 2015 a previsão do FMI era de uma queda de 3,0% no PIB brasileiro, porém o encolhimento do índice foi de 3,8%. Essas alterações podem demonstrar uma mudança nas expectativas dos agentes, que ao esperarem uma retração maior da economia brasileira, contribuem com sua decadência, visto que os investidores postergam decisões de investimento e agem de maneira especulativa. Assim teremos uma menor taxa de investimento, e por consequência maior nível de desemprego na economia. Já para 2017, o FMI aponta em seu relatório que o Brasil deve registrar estagnação econômica, com crescimento zero, ao invés de uma expansão de 2,3% projetada anteriormente.

A entidade cita em relação ao país que "a recessão causada pela incerteza política e contínuas repercussões da investigação na Petrobras", estão sendo mais profundas e prolongadas do que se esperava. No entanto, de acordo com a pesquisa Focus do Banco Central (BC), divulgada no dia 18 de janeiro de 2016, os analistas financeiros brasileiros apontaram para uma retração de 2,99% do PIB Brasileiro em 2016, e para um crescimento esperado de 1,00% em 2017.

Atualmente as perspectivas para os próximos anos são favoráveis para a economia global, visto que correspondem à expectativa de melhor performance dos países desenvolvidos e de seguimento de altas taxas de crescimento dos países emergentes, mesmo já esperando o desaquecimento de muitas dessas economias. Com relação a este grupo de países, a média de crescimento no período ainda terá grande peso sobre a expansão do PIB mundial, apesar do menor crescimento da economia chinesa especialmente no segundo quinquênio. O comércio mundial entrará em trajetória mais forte à medida que os níveis de atividade dos países desenvolvidos forem aumentando, favorecendo a demanda por produtos dos países emergentes,

como o Brasil. Como resultado, se espera que a economia mundial cresça a uma taxa de 3,8% ao ano e o comércio internacional, 4,9% ao ano.

Tabela 9 – Previsões PIB – 2004 a 2024

Indicadores Econômicos	Histórico		Projeção	
	2004-2008	2009-2013	2015-2019	2020-2024
PIB Mundial (% a.a.)	4,90%	3,20%	3,80%	3,80%
Comércio Mundial (% a. a.)	7,70%	2,80%	4,80%	5,10%
PIB Nacional (% a.a.)	4,80%	2,60%	1,80%	4,50%

Fonte: IBGE e FMI (dados históricos, 2016) e EPE (Projeções, 2016)

O crescimento do comércio mundial, segundo nota técnica do DEA (2016), aliado ao câmbio desvalorizado, deve favorecer as contas externas e, conseqüentemente, o setor industrial brasileiro que vem sofrendo desde que começou a sentir os impactos mais fortes da crise externa. Por outro lado, muito se ainda tem para avançar nas questões internas. Os ajustes das contas fiscais e a baixa confiança dos investidores devem limitar o crescimento pelos próximos anos e além disso, as reformas necessárias para alavancar o PIB potencial brasileiro devem restringir a capacidade de crescimento no primeiro quinquênio.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a revisão da literatura relacionada ao tema proposto, algumas situações foram identificadas, como a queda de 3,8% do PIB em 2015, que resume o anseio do autor em buscar caracterizar possíveis perspectivas para o futuro do Brasil. Essa taxa de crescimento negativa foi o pior resultado desde 1990, indo na contramão do resto do mundo, que aos poucos retoma sua trajetória de crescimento. A crise é generalizada e não poupa nenhum setor de atividade e nenhum componente da economia, sendo que a única exceção é o setor agropecuário. Indústria, comércio, serviços, consumo, investimentos e poupança recuaram a níveis anteriores ao mandato da presidente Dilma Rousseff.

O período que transcorreu em conjunto com o processo de impeachment de Collor, trouxe com as medidas anti-inflacionárias impactos diretos sobre o produto nacional, diminuindo os gastos sociais, diminuindo investimento na saúde e na educação. O que contribuiu para a elevação da taxa de desemprego. Apesar do que ocorreu no período pós-impeachment de Collor, as variáveis só apontaram para uma melhora após a redução da taxa Selic, que em conjunto com incentivos que promovessem o aquecimento do mercado proporcionaram a volta do crescimento econômico a partir de 1994.

As possíveis perspectivas futuras para o crescimento da economia Brasileira, baseando-se nos cenários econômicos descritos no capítulo 3, permitiram a aceitação da hipótese levantada no início deste trabalho, visto que foram levantadas perspectivas futuras das medidas/reformas que serão adotadas pelo governo central bem como de seus possíveis resultados pós-ruptura, e com isso, até 2020 o autor não vê condições de uma elevação considerável do PIB, do PIB *per capita*, ou da confiança dos investidores. Dessa forma, assim como nos períodos estudados, no curto prazo não se vê atrativos à retomada de investimentos no país, bem como o que se percebe é uma possível tendência de elevação da taxa de inflação e de desemprego. O que se ratifica com o aumento do déficit público esperado pelo governo.

Segundo o economista Paulo Levy, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), o PIB per capita está estagnado desde 2010, e vai ser difícil, em meia década, compensar quedas de quatro anos seguidos, sendo que se tivermos estabilidade em 2017 e pequenos crescimentos nos próximos anos, chegaremos a 2020 com o PIB per capita no mesmo patamar de 2010.

Portanto, ao que parece, e confirmando a teoria de diversos autores, como Albert Fishlow, o Brasil está caminhando para uma nova década perdida, visto que os caminhos e perspectivas futuras elaborados apontam para uma diminuição da renda, com um PIB per capita

que pelas previsões elencadas no texto chegue no ano de 2020 com um valor absoluto no mesmo nível do início da década, em 2010.

Dessa maneira, as recomendações sugeridas pela experiência internacional e pela história econômica brasileira, para o alcance de um processo de crescimento econômico mais acelerado passam por algumas etapas. Em primeiro lugar, é fundamental que o setor público defina uma estratégia de crescimento mais ampla e global, procurando identificar exatamente os papéis que o próprio setor público exercerá, assim como o setor privado; também é fundamental que a visão seja a mais abrangente possível e que o setor público se organize identificando os diversos grupos populacionais, suas carências mais importantes de curto e longo prazos, e se estruture no sentido de ofertar uma gama de serviços que efetivamente consiga tirar esses segmentos populacionais da situação de risco.

Em segundo lugar, é necessário promover estratégias que contribuam para uma diminuição do déficit público, e como a despesa com benefícios previdenciários e assistenciais representam mais da metade das despesas primárias, esta deveria sofrer ajustes do governo. Para isso bastaria substituir progressivamente o atual regime de aposentadoria por tempo de contribuição por um regime que se exija uma idade mínima de aposentadoria, como fazem outros países.

Os limites de despesa de pessoal e endividamento para estados e municípios deveriam ser revistos, de modo a torna-los compatíveis com a trajetória de longo prazo, e por fim caberia regulamentar o direito de greve no setor público, visto que a estabilidade no emprego e a não responsabilização por greves abusivas tem resultado em longas e sucessivas paralisações, permitindo aumentos reais de remuneração incompatíveis com a realidade fiscal do país.

No entanto, a retomada do crescimento exige que o governo restabeleça sua estratégia de enfrentamento da crise. É necessário abandonar o discurso defensivo de até pouco tempo atrás, em que a tônica sempre foi um profundo temor das reações negativas do mercado financeiro. A política monetária deve ser pautada pela redução da taxa oficial de juros, com a indicação nítida de um compromisso com a diminuição dos custos financeiros para empresas, famílias e para o próprio setor público, porém com um monitoramento assíduo do governo sob o nível de preços da economia.

Além disso, o governo deve apontar para a recuperação da capacidade arrecadatória do estado, apresentando novas medidas de natureza tributária que rompam com o atual sistema de impostos. Como início pode haver a taxação das exportações de “commodities”, a criação de um imposto sobre grandes fortunas, o fim das isenções de impostos sobre lucros e capital próprio e a atualização do imposto territorial rural.

Dessa forma, a adoção de políticas macroeconômicas consistentes se torna condição necessária para manter a atratividade do país, tanto para o capital financeiro internacional, como para o capital de risco. Porém uma política que garanta a estabilização, com inflação controlada e equilíbrio no setor externo, é uma condição necessária, mas não suficiente para acelerar o ritmo de crescimento do PIB brasileiro. A longo prazo, não há como atingir esse objetivo sem significativa elevação da taxa de investimento do país, sendo que essa discussão deixa clara a importância de reformas estruturais para a aceleração do processo de crescimento econômico do país.

4.1 SUGESTÕES PARA TRABALHOS FUTUROS

Entre as possibilidades de estudo verificadas adentrando no tema, torna-se interessante a averiguação de possível relação de causalidade entre os fatos econômicos ocorridos entre o período posterior a mudança de gestão política, ocorridos em 1964 e posteriormente em 1992, bem como o momento econômico que os antecede. Assim, como complemento deste trabalho pode ser elaborado um teste de causalidade de Granger afim de verificar quantitativamente se existe uma possível relação causal entre os fatos, ou se ao menos existe uma correlação entre a variância das variáveis econômicas abordadas no corpo do trabalho.

Outra proposta de estudo seria o de analisar o tema segundo algum marco teórico, e englobando áreas como ciência política, sociologia e história.

REFERÊNCIAS

- ABRANCHES, Sérgio H. **O presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro**. In: Dados 31(1), 1988, pp. 5-33
- ABREU, Marcelo de Paiva. **A ordem do progresso: cem anos de política republicana, 1889- 1989**. Rio de Janeiro: Campus, 1989.
- BATISTA, Paulo Nogueira. **Em defesa do interesse nacional**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.
- CARONE, E. **A quarta república, 1945 – 1964**. São Paulo: Difel, 1982.
- DREIFUSS, René Armand. **1964: A conquista do Estado**. Petrópolis: Vozes, 1981.
- FERREIRA, Francisco H. G. (1999). **Os determinantes da desigualdade de renda no Brasil: luta de classes ou heterogeneidade educacional?** Seminários sobre desigualdade e pobreza no Brasil, Rio de Janeiro. Disponível em:
<<http://empreende.org.br/pdf/Programas%20e%20Pol%C3%ADticas%20Sociais/Desigualdade%20de%20renda%20no%20Brasil.pdf>> Acesso em 04/06/2016 as 10:15h.
- FISHLOW, Albert. **Algumas Reflexões sobre a Política Econômica Brasileira após 1964**. *Estudos CEBRAP* nº 4, janeiro-março, 1974.
- HORA DO POVO, 27.08.1992, 30.09.1992**
- IAS, Luiz A. **Imprensa e Poder: uma análise da ação dos jornais OESP e Folha de S. Paulo no Golpe de 1964**. In: ODALIA, Nilo; CALDEIRA, João R. de C. (org.). *História do Estado de São Paulo: a formação da unidade paulista*. 1ª ed. São Paulo: Editora UNESP, 2010.
- KEYNES, J. M.; **A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda**. 2. Ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- LAFER, Betty M. (Ed.). **Planejamento no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 1970.
- LAMARÃO, Sérgio. **Estudos sobre Jango**. Disponível em:
<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/AConjunturaRadicalizacao/A_revolta_dos_marinheiros> Acesso em 29/05 as 10:30h.
- LAMOUNIER, B. 1990. **Antecedentes, riscos e possibilidades do governo Collor**. In: . (org.). *De Geisel a Collor: o balanço da transição*. São Paulo: Idesp.
- LANZANA, Antonio Evaristo Teixeira. **Economia brasileira: fundamentos e atualidade**. 3. Ed. – 2. Reimp. – São Pauçp : Atlas, 2008.
- LEONEL, Josué. Análise: **O custo da guerra de Dilma contra o impeachment**. Disponível em: <<http://economia.uol.com.br/noticias/bloomberg/2016/04/06/o-custo-da-guerra-de-dilma-contra-o-impeachment.htm>> Acesso em: 29/05/2016 as 11:00h.
- LENZA, Pedro. **Direito constitucional esquematizado**. 10. ed., rev., atual. e ampl. São Paulo: Método, 2006, 654 p.

MACARINI, José P. **A política econômica da ditadura militar no limiar do “milagre” brasileiro: 1967/69**. Texto para discussão. IE/UNICAMP n. 99, set. 2000. Disponível em:

< <http://www.eco.unicamp.br/docprod/downarq.php?id=1729&tp=a>>. Acesso em 29/05/2016 as 09:30h.

MANNHEIM, Karl. **Ideologia e Utopia**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

MARQUES, R. M.; MENDES, Á. **Lula e políticas sociais: um passo à frente e um passo atrás?** Artigo de 20 fev. 2006. Disponível em: <www.psolsp.org>. Acesso em: 30/05/2016 as 20:30h.

_____. **Notas sobre o social no governo Lula: a construção de um novo populismo em tempos de aplicação de uma agenda neoliberal**. In: IV COLÓQUIO LATINO AMERICANO DE ECONOMISTAS POLÍTICOS, 2004, São Paulo: Fundação Getúlio Vargas 2004. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002013000300011>. Acesso em: 30/05/2016 as 21:00h.

MARTINS, Carlos E. **O golpe militar de 1964 e o Brasil: passado e presente**. Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2014/04/01/o-golpe-militar-de-1964-e-o-brasil-passado-e-presente>> Acesso em 30/05/2016 as 21:40h.

PEREIRA, Lia Valls. **Setor Externo. Conjuntura Econômica**. Rio de Janeiro, FGV, abr. de 1992, p. 28-29

PINHEIRO, A. C. (1996). **The Brazilian economy in the nineties: retrospect and policy changes**. Rio de Janeiro: BNDES, Departamento Econômico.

PINHEIRO, A.; GIAMBIAGI, F.; GOSTKORZEWICZ, J. (1999). **A Economia Brasileira nos Anos 90: O Desempenho Macroeconômico do Brasil nos Anos 90**. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/livro/eco90_01.pdf> Acesso em 18/06 às 16:30h.

PIRES, Marcos Cordeiro. **Economia Brasileira: da Colônia ao governo Lula**. São Paulo: Saraiva (2010)

REZENDE, Cyro de Barros. **Economia Brasileira contemporânea**. 2 ed. São Paul : Contexto, 2002.

RODRIGUES, Alberto Tosi. **O Brasil de Fernando a Fernando: neoliberalismo, corrupção e protesto na política brasileira de 1989 a 1994**. Ijuí: Unijuí, 2000.

SANTOS, Wanderley. **Sessenta e Quatro: anatomia da crise**. São Paulo: Vértice, 1986.

SOUZA, Nilson Araújo. **Economia Brasileira contemporânea: de Getúlio a Lula – 2 ed.** – São Paulo: Atlas, 2008.

SIMONSEN, M. H. & Campos, R. O. (1974). **A Nova Economia Brasileira**. José Olympio, Rio de Janeiro.

SKIDMORE, Thomas. **A queda de Collor: uma perspectiva histórica**. In: ROSENN, Keith S. & DOWNES, Richard (Orgs.). **Corrupção e reforma política no Brasil: o impacto do impeachment de Collor**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2000

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

TEIXEIRA, R. A.; PINTO, E. C. **A economia política dos governos FHC, Lula e Dilma: dominância financeira, bloco no poder e desenvolvimento econômico**. Artigo de dez. 2012. Disponível em:
<http://www.ie.ufrj.br/images/pesquisa/publicacoes/discussao/2012/IE_Teixeira_Pinto_2012_TD006.pdf> Acesso em: 29/05/2016 as 11:10h

TOLEDO, Caio N. **O governo Goulart e o golpe de 64**. 7ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

VELOSO, F; FERREIRA, P. C.; GIAMBIAGI, F.; PESSÔA, S. (Org.) (2013), **Desenvolvimento Econômico: Uma Perspectiva Brasileira**, 1ed., Rio de Janeiro: Campus/Elsevier, v. 1.

WEYLAND, Kurt. **The Rise and Fall of President Collor and Its Impact on Brazilian Democracy**. *Journal of Interamerican Studies and World Affairs*, v. 35, n. 1, 1993.